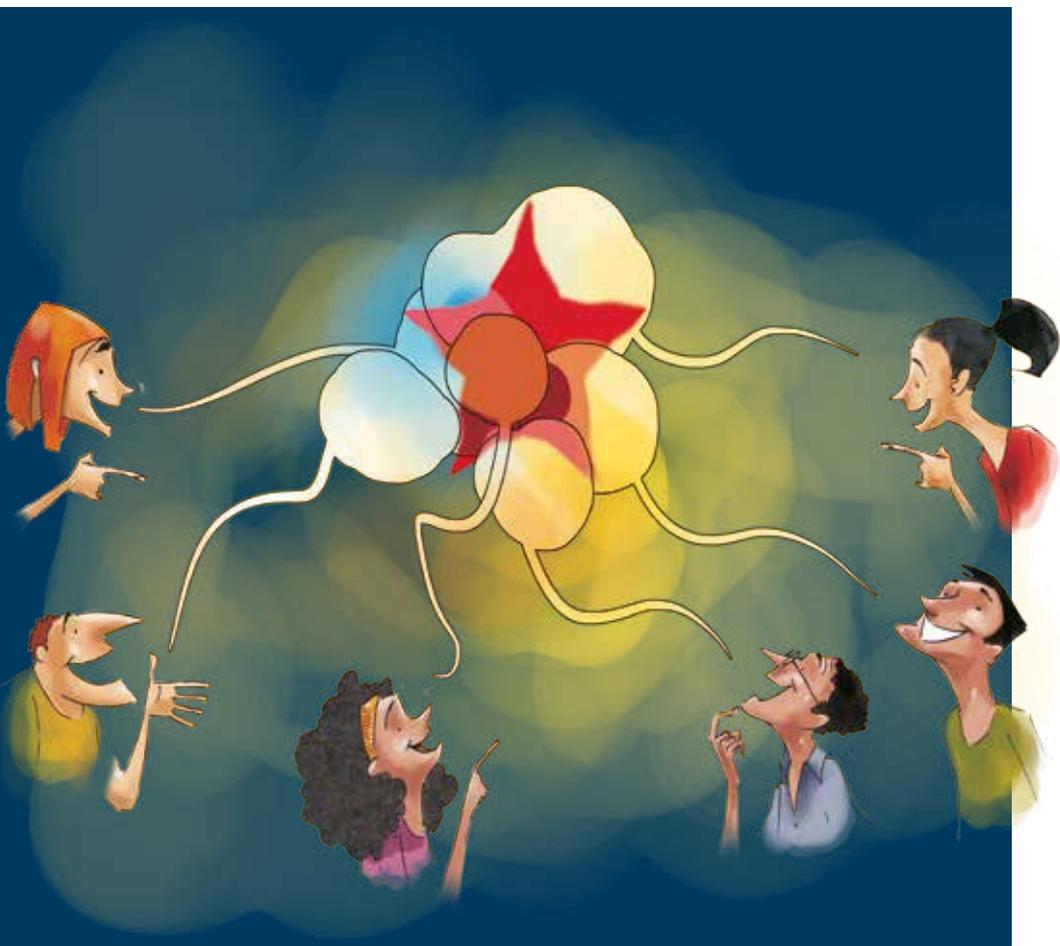


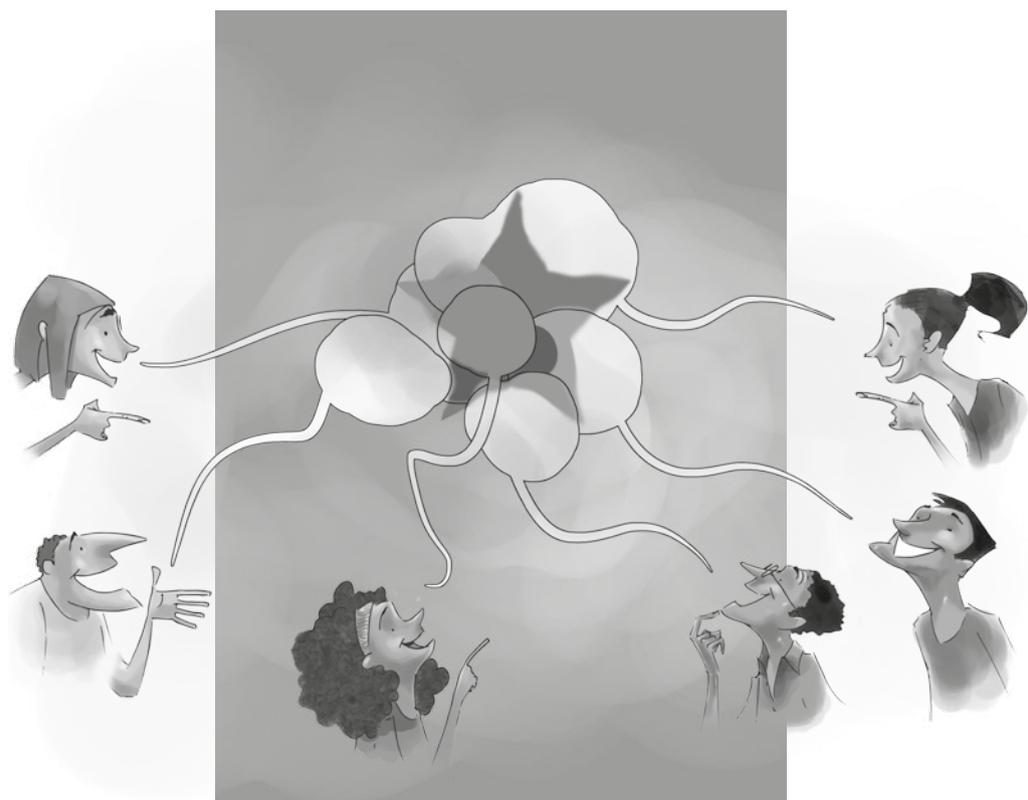
ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

Partido dos Trabalhadores



ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

Partido dos Trabalhadores



Comissão Executiva Nacional do PT:

Rui Goethe da Costa Falcão - *Presidente*
Afonso Bandeira Florence - *Líder do PT na Câmara dos Deputados*
Humberto Sergio Costa Lima - *Líder do PT no Senado Federal*
Alberto Lopes Cantalice - *Vice-presidente e Secretário de Comunicação*
Gleide Andrade de Oliveira - *Vice-presidente*
Jorge Luiz Cabral Coelho - *Vice-presidente*
José Nobre Guimarães - *Vice-presidente*
Luiz Paulo Teixeira Ferreira - *Vice-presidente*
Romênio Pereira - *Secretário-geral*
Marcio Costa Macedo - *Secretário de Finanças e Planejamento*
Florisvaldo Raimundo de Souza - *Secretário de Organização*
Carlos Henrique Goulart Árabe - *Secretário de Formação Política*
Monica Valente - *Secretária de Relações Internacionais*
Bruno de Oliveira Elias - *Secretário de Movimentos Populares*
Maristella Victor de Matos - *Secretária de Mobilização*
Anne Karolyne Moura de Souza - *Secretária de Desenvolvimento Econômico*
Vivian Cristiane Gomes de Farias - *Secretária de Coordenação Regional*
Clarissa Lopes Viera Alves da Cunha - *Vogal*
Flora Izabel Nobre Rodrigues - *Vogal*
Juliana Cardoso - *Vogal*
Rita de Cassia Menezes de Calazans - *Vogal*

Secretários Setoriais:

Edmilson Souza Santos - *Secretário Nacional de Cultura*
Elvino Bohn Gass - *Secretário Agrário Nacional*
Gilney Amorim Viana - *Secretário de Meio Ambiente*
Indalecio Wanderley Silva - *Secretário Sindical Nacional*
João Paulo de Almeida Farina - *Secretário de Juventude*
Laisy Moriére Cândida Assunção - *Secretária Nacional de Mulheres*
Nelson Murilo Padilha - *Secretário de Combate ao Racismo*

Organização Partidária

Partidos dos Trabalhadores

FLORISVALDO SOUZA (ORG.)

CARLOS HENRIQUE ÁRABE

CIDA DE JESUS

FLORISVALDO SOUZA

GILBERTO CARVALHO

LOUISE CAROLINE

LUIS CESAR BUENO

LUIZ TURCO

MÁRCIO MACEDO

MARÍA URBANEJA

MURILO AMATNEEKS

REGINA SOUZA

RUI FALCÃO

VALTER POMAR

São Paulo, 2016

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

DIRETORIA

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidenta: Iole Ilfada

Diretoras: Fátima Cleide e Luciana Mandelli

Diretores: Joaquim Soriano e Kjeld Jakobsen

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Preparação e revisão: Edilson Moura e Angélica Ramacciotti

Projeto gráfico, capa e diagramação: Caco Bisol Produção Gráfica

Ilustração da capa: Vicente Mendonça

Direitos reservados à Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – 04117-091 São Paulo - SP

Telefone: (11) 5571-4299

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo: www.fpabramo.org.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- O68 Organização partidária : Partidos dos Trabalhadores / Florisvaldo Souza (org.) ; Carlos Henrique Árabe ... [et al.]. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.
112 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-5708-038-6

1. Partido dos Trabalhadores. 2. Organização partidária. 3. Política - Brasil. 4. Democracia. I. Souza, Florisvaldo. II. Árabe, Carlos Henrique.

CDU 329(81)

CDD 324.2

Convocado pelo 5º Congresso Nacional do PT, o Seminário Nacional de Organização Partidária foi realizado em São Paulo, nos dias 27 e 28 de agosto de 2015, para discutir propostas de reorganização partidária e os ajustes necessários para melhorar o funcionamento das instâncias partidárias para ampliar a participação da base.

O seminário contou com a participação de membros do Diretório Nacional, representantes da Escola Nacional de Formação, representantes da Fundação Perseu Abramo, e mais de 160 dirigentes Estaduais e Municipais indicados pelas Executivas dos seus estados e representantes dos Setoriais Nacionais.

Os participantes do seminário apresentaram um vasto conjunto de propostas, que foram sistematizadas pela Escola Nacional de Formação e pela Secretaria Nacional de Organização e encaminhadas ao Diretório Nacional do PT.

Uma das medidas já aprovadas e, atualmente, em fase de implantação foi a introdução da ficha digital de filiação, além da integração dos núcleos, setoriais e dos mandatos ao esforço para realizar as plenárias presenciais de filiação, ao mesmo tempo em que criaremos as condições para a realização das plenárias de filiação em ambiente virtual.

Entretanto, a construção partidária é um processo cotidiano e o debate a respeito deste tema deve ser permanente. Neste sentido, apresentamos para o conjunto da militância a presente publicação, como mais uma contribuição para o crescimento e para a organização do Partido dos Trabalhadores.

Florisvaldo Souza, secretário Nacional de Organização

SUMÁRIO

- 9 APRESENTAÇÃO**
RUI FALCÃO
- 13 OS ÚLTIMOS 35 ANOS E O PT DAQUI A 35 ANOS**
FLORISVALDO SOUZA
- 35 ORGANIZAR PARA FORTALECER O PT**
CIDA DE JESUS
- 39 CONCEPÇÃO SOCIALISTA PARA UMA ORGANIZAÇÃO
PARTIDÁRIA**
CARLOS HENRIQUE ÁRABE
- 45 PT: MUDANÇAS NECESSÁRIAS**
REGINA SOUZA
- 51 A DIALÉTICA NECESSÁRIA**
GILBERTO CARVALHO
- 55 FINANCIAMENTO MILITANTE E ESTRATÉGIAS
PARA A SUSTENTAÇÃO FINANCEIRA**
MÁRCIO MACEDO
- 59 A EXPERIÊNCIA DAS ELEIÇÕES PRIMÁRIAS DO PSUV**
MARÍA URBANEJA
- 65 O QUE NÃO FAZER?**
VALTER POMAR
- 89 DEMOCRACIA INTERNA E PARTICIPAÇÃO MILITANTE:
COMO MELHORAR O PED**
LUIS CESAR BUENO

95 REFLEXÕES SOBRE A ELEIÇÃO DIRETA NO PT

MURILO AMATNEEKS

101 O PED E A DEMOCRACIA NO PT

LUIZ TURCO

105 CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE: COMO MELHORAR O PED

LOUISE CAROLINE

APRESENTAÇÃO

Rui Falcão

Presidente nacional do PT

Tenho dito e repetido que é preciso mudar o Partido dos Trabalhadores (PT) para continuar mudando o Brasil. Também tenho insistido – e pode parecer óbvio – que a política comanda a organização. Ou seja: se é necessário, mais que nunca como agora, enfrentar a direita que “saiu do armário”, defender o nosso governo e o nosso projeto, impedir as tentativas de criminalizar o PT e o Lula, além de fazer avançar as reformas de que o Brasil necessita. O partido precisa estar organizado para dar conta destas tarefas.

Vamos combinar: como o PT funciona hoje, não está preparado para enfrentar estes desafios. Infelizmente, sequer para sair-se bem na disputa eleitoral do ano que vem, embora nos últimos anos, o PT tenha se convertido numa eficiente máquina eleitoral.

Trata-se de um diagnóstico realista, que não pretende reforçar o clima de pessimismo e perplexidade que tomou conta

de parte da militância. Mas de apontar para a necessidade de, já neste Seminário, tomar decisões que deem mais organicidade ao PT, valorizem nossas instâncias, ampliem o diálogo e participação da militância nas decisões coletivas, reforcem a unidade de ação, arejem nossa atuação, espantem a burocracia e tornem cotidiana a atuação político-partidária.

Como já disse em outras ocasiões, lembrando o nosso Manifesto de fundação, o PT não pode ser um partido que funcione apenas a cada dois anos, quando das eleições, ou que se mobilize somente quando da renovação das direções partidárias.

É hora de ir aos filiados, em vez de esperar que os filiados e simpatizantes venham a nós, das direções. Os ensaios de reocupação das ruas precisam estender-se, em ações quotidianas nas feiras, nos locais de trabalho, nas escolas e universidades, em articulação constante com as centrais, os movimentos sociais e as forças políticas que defendem a democracia e reformas populares.

Nesse sentido, é preciso, em cada estado, em cada região, participar e incentivar a constituição de frentes de ação com partidos e entidades do movimento social, em torno de uma plataforma que contemple a defesa da democracia, o combate à corrupção e a realização de reformas, entre as quais a reforma política, através de uma Constituinte exclusiva, uma reforma tributária, e a democratização dos meios de comunicação.

Fortalecer os núcleos e diretórios, melhorar a comunicação, reforçar a formação política, orientar as Bancadas a agirem coletivamente e unidas na ação, bem como a se integrarem nas

instâncias de deliberação partidária, estimular os setoriais a se integrarem mais à comunidade, combater o sectarismo e a burocratização – eis algumas diretrizes para uma ação renovadora na organização.

Finalmente, sou da opinião que devemos manter a diretriz de financiar as atividades do PT sem recorrer ao financiamento empresarial. Está claro que, embora legal até o momento, devemos lutar para que, no Senado, ele seja rejeitado. O financiamento empresarial, que sempre combatemos, mas que dele nos valem como todos os partidos, consagra a força do poder econômico nas eleições. Introduce no partido práticas correntes contrárias aos nossos princípios éticos. Propicia a corrupção e o enriquecimento pessoal. E ainda possibilita manipulações, como as que se tenta agora, de transformar as doações legais para o PT em ilícitas.

Contra todas as adversidades, estou otimista com os resultados do Seminário. Como em outras ocasiões e em outras crises, a militância sempre foi capaz de vencer dificuldades e superar desafios.

À luta e à vitória!

OS ÚLTIMOS 35 ANOS E O PT DAQUI A 35 ANOS

Florisvaldo Souza

Secretário nacional de Organização do PT

O presente texto procura resgatar algumas preocupações com as questões organizativas do Partido dos Trabalhadores (PT) desde a sua fundação.

É importante salientar que, apesar de tentar ser fiel aos fatos, diferentes interpretações e avaliações sempre são possíveis.

O objetivo deste texto, portanto, é funcionar como contribuição para um resgate histórico e necessário desta bela trajetória de organização partidária, que marcou, nos últimos 35 anos, a construção desta experiência partidária que agregou diversas forças políticas com o objetivo de transformar a realidade brasileira.

Entretanto, tudo está sujeito à superação. O PT agora precisa olhar para a frente, para os próximos 35 anos. Corrigir rumos e criar novas expectativas na sociedade, mostrando que sua capacidade de se reinventar é o combustível que manterá o

PT com o firme compromisso de inovar e melhorar cada vez mais a vida das pessoas

OS ANOS 80:

OS NÚCLEOS E A ORGANIZAÇÃO DE BASE

Os núcleos de base foram o primeiro instrumento de organização do Partido dos Trabalhadores (PT), formalmente regulamentados em 1981 através de um Regimento Interno aprovado durante o 1º Encontro Nacional do PT, normalmente compostos por 21 membros (no mínimo), os núcleos eram responsáveis pelas tarefas de filiação, arrecadação financeira, escolha de delegados e candidatos. Além disso, a nucleação fazia parte de uma estratégia que era, ao mesmo tempo, de construção partidária e de campanha eleitoral e, também, de mobilização social no contexto da redemocratização brasileira.

Os núcleos foram também a primeira tentativa de criar normas para o funcionamento do Partido. O regulamento dos núcleos previa o registro de seus integrantes junto às instâncias partidárias e a apresentação de uma proposta de contribuição financeira regular e mensal para o respectivo Diretório. A depender do domicílio eleitoral e do formato do núcleo (por categoria ou por movimento social, local de trabalho ou local de moradia) havia uma regra que determinava a instância na qual o núcleo devia ser registrado e para qual encontro aquele núcleo poderia eleger delegados.

Funcionando como células autônomas do PT, os núcleos mostram-se uma importante ferramenta de mobilização

e foram fundamentais na construção do Partido, numa época em que os filiados e filiadas preenchiam fichas de cartolina que eram comumente guardadas em caixas de sapato.

A Carta Eleitoral de 1982 já mostrava preocupação em evitar que os núcleos e diretórios fossem corrompidos, desativados ou transformados em comitês individuais de candidatos. A partir de 1984, com a aprovação do primeiro Regimento Interno, o debate em torno do funcionamento do PT ganha maior consistência, na medida em que se pretende materializar o potencial existente no conjunto dos trabalhadores organizados e nos movimentos sociais em “força orgânica, que se traduza em crescimento, em número e qualidade, de filiados, núcleos e Diretórios”.

Em decorrência da necessidade de abrir o Partido para aqueles que queriam organizar-se politicamente, de forma a superar um tipo de funcionamento que não se resumisse apenas à “adaptação de antigas tradições da esquerda à legislação ditatorial sobre partidos políticos”, começam a surgir as primeiras preocupações com a transformação dos núcleos e dos diretórios em “instâncias burocráticas e fechadas” e também com a ampliação da organização do PT para além do ABC paulista.

Era muito claro naquela época que a atuação dos núcleos não poderia ficar limitada às tarefas de legalização e interiorização. Sem os núcleos o PT seria pouco diferente dos partidos tradicionais. Mas, apenas os núcleos não eram mais suficientes para garantir uma ligação estreita entre o PT e o movimento popular.

Melhorar a vivência partidária era também motivo de preocupação. Os núcleos eram concebidos para se transformar em organismos vivos, espaço de reflexão onde filiados e filiaidas poderiam discutir livremente sua realidade cotidiana e trocar experiências sobre seus problemas. Entretanto a experiência mostrava que na prática os núcleos transformavam-se em meros “locais de reuniões, muitas vezes inúteis, que jamais [propiciavam] a oportunidade de um encontro entre trabalhadores com diferentes experiências de vida e de cultura”. De fato, havia um hiato que necessitava ser superado para permitir a convivência entre intelectuais tradicionais e militantes das organizações tradicionais de esquerda com aqueles que vinham do chão de fábrica, na igreja, nas escolas e no campo.

O teorismo exagerado da vanguarda partidária precisava ser superado de forma a se conectar com as lutas concretas dos trabalhadores, organizando a ação partidária de baixo para cima, articulando a atuação da militância dentro do PT e nos movimentos sociais.

Neste contexto, surge a necessidade de implantar no PT um programa de Formação Política, capaz de preparar filiados e filiaidas para a “luta ao lado dos trabalhadores”, cumpre também a importante função de qualificar os espaços de militância nos núcleos e nos diretórios.

Esse esforço para ampliar a organização do PT enfrenta também grandes limitações financeiras. Documentos do 3º Encontro Nacional já mencionam dificuldades na arrecadação junto aos filiados e filiaidas e o financiamento do partido já mui-

to dependente, principalmente, na instância nacional da contribuição de parlamentares petistas.

A contribuição individual de cada filiado ou filiada na época era equivalente ao preço de um cafezinho por mês, entretanto, constatou-se que a grande maioria não pagava regularmente sua contribuição, e o que era arrecadado na base não tinha o devido percentual repassado aos Diretórios Estaduais e ao Diretório Nacional.

Avaliou-se na época que boa parte das dificuldades financeiras residiam no “amadorismo” com o qual a questão era tratada internamente. Neste sentido, foram tomadas iniciativas como “profissionalizar um cobrador” para recolher contribuições a domicílio de cada filiado ou filiada, criar comissões de finanças em todas as instâncias do Partido, instituir um carnê anual de contribuição e fichas de controle financeiro.

É interessante notar que a primeira tentativa de elaborar um cadastro organizado dos filiados e filiadas, com formulários de filiação padronizados e com uma “Carteira de Identificação Partidária” serviu não para identificar e organizar melhor o conjunto de filiados e filiadas, mas para criar as condições para controlar o pagamento das contribuições partidárias.

O 3º Encontro Nacional contribuiu com um profundo debate sobre o funcionamento e com a apresentação de um diagnóstico detalhado das dificuldades e das limitações do PT. Apesar disso, o Encontro Extraordinário, convocado seis meses depois, na véspera da escolha de Tancredo Neves pelo

Colégio Eleitoral, já apresenta uma avaliação pessimista em relação à aplicação do programa aprovado em 1984.

A persistência dos problemas identificados em 1984 caminhava para um ciclo vicioso, onde a falta de recursos limitava a organização do PT e, ao não se avançar com a organização, não se conseguia ampliar a arrecadação. Apesar desta avaliação pessimista o debate sobre organização partidária avançou muito pouco depois do Encontro Extraordinário de 1985. As eleições de 1986 assumiram o centro da pauta partidária e, do ponto de vista interno, o debate sobre o direito a tendência e sobre a concepção do PT protagonizaram as principais discussões.

Apesar disso, foram realizados, naquele período, seminários sobre organização que modificaram o Regimento Interno do Partido e definiram uma plataforma eleitoral, que previa uma campanha de arrecadação financeira que combinasse “duração, continuidade e amplitude” e critérios detalhados para escolha de candidatos.

É a partir do seu 5º Encontro Nacional, realizado em 1987, que o PT passa a se definir como força política socialista, independente e de massas.

O direito a qualquer grupo de militantes de constituir-se como tendência é aprovado, ao mesmo tempo em que se reafirmava o PT como partido e não como frente de partidos ou organizações, admitindo-se a composição proporcional na composição do Diretório Nacional, mas reservando à Comissão Executiva Nacional a decisão sobre a participação ou não das minorias na Executiva.

Do ponto de vista da construção do PT, o 5º Encontro Nacional deu por superado o processo de legalização do Partido. Entretanto, ainda eram evidentes as limitações enfrentadas na organização e no funcionamento interno: “aumentam as tarefas e cresce nossa base social, mas a nossa estrutura não corresponde às necessidades” dizia a resolução política aprovada naquele Encontro.

No geral ainda permaneciam as mesmas dificuldades diagnosticadas em 1984: uma estrutura que ainda era muito voltada para dentro do Partido; a necessidade de melhorar o funcionamento dos núcleos, onde havia “uma enorme distância entre os nossos desejos e a realidade”; a fragilidade econômica e as dificuldades para levar formação política para o conjunto dos filiados e filiadas.

Entretanto, há, em 1987, uma mudança importante na forma como o PT passaria a funcionar. Apesar dos núcleos ainda ocuparem um papel fundamental dentro do partido, o 5º Encontro passa a conceber os núcleos como “formas organizativas” melhor adequadas para aqueles que “têm uma militância política mais regular” e que, portanto, era necessário incorporar novas formas de participação para incorporar filiados e filiadas “dispostos a formas de colaboração mais eventuais ou mais localizadas em alguma área”.

Com base nesta nova orientação, que era uma decorrência direta da concepção de um Partido de massas, o 5º Encontro decide também “avançar para ter um contato permanente com o maior número possível de filiados, inclusive

os que não se dispõem a ter uma militância regular ou mesmo eventual”.

Neste novo arranjo organizativo a imprensa do Partido passa a ter maior atenção na ação estratégia do PT, tornando-se o embrião de uma política de comunicação do PT.

OS ANOS 90: AS VITÓRIAS ELEITORAIS

O resultado das eleições de 1989 transforma definitivamente o PT. Fica claro, a partir do início dos anos 1990, que o funcionamento partidário precisaria responder ao nítido “descompasso entre o crescimento da importância do PT e o crescimento da sua estrutura orgânica”.

Durante os primeiros dez anos, o PT organizou-se de forma a estabelecer o melhor tipo de relação entre o partido e o movimento social. Mas os resultados eleitorais e o crescimento institucional do partido trouxeram consigo a necessidade de um novo modelo de organização que pudesse lidar com o autoritarismo, a burocratização, e que mantivesse a autonomia dos movimentos frente aos governos petistas e que, sobretudo, garantisse que o funcionamento cotidiano do partido não ficasse limitado às campanhas e disputas eleitorais. O PT estava, pela primeira vez, diante da relação, tantas vezes conflituosa, entre a atuação no Partido, no governo e no movimento social. Como alternativa para mediar as tensões entre as três frentes de atuação partidária, começam os debates a respeito da necessidade de assegurar a presença dos prefeitos e líderes de bancadas nas instâncias de direção.

Se durante o 5º Encontro Nacional, o PT decidiu se aproximar daqueles filiados e filiadas com um tipo de militância menos orgânica, o crescente viés institucional faz com que, a partir do 7º Encontro Nacional, surja a preocupação com as formas de se relacionar “com os grandes contingentes despolitizados e inorganizados da sociedade”.

Entretanto, as dificuldades para ampliar a inserção do partido naqueles setores da sociedade seriam muitas, já que o diagnóstico do 7º Encontro Nacional a respeito do funcionamento dos núcleos e dos diretórios era ainda mais pessimista que o diagnóstico realizado em 1984.

A necessidade de transformar as instâncias partidárias em “janelas abertas para a sociedade”, uma orientação que já havia sido apontada em 1987, ganha novo impulso neste período, quando o PT passa a incorporar como atividade partidária a realização de festas, palestras e mutirões de visita porta a porta. Neste sentido surgem, de forma mais consistente, a necessidade a ampliar a comunicação do PT e de investir em um “canal de comunicação direta da direção com a militância e com os simpatizantes do Partido”.

O processo de reformulação organizativa iniciado durante os 5º e 7º Encontros vai se consolidar no I Congresso Nacional do PT que, de certa forma, encerra o período de consolidação do PT, que já havia se transformado em um “dos principais partidos do País, com presença institucional, social e organizativa nacional”.

Ao mesmo tempo em que ficava claro que o PT havia se tornado a mais bem-sucedida experiência de organização parti-

dária brasileira, atingindo patamares infinitamente superiores aos demais partidos políticos da época, permanecia, do ponto de vista interno, a avaliação de que a estrutura interna do PT não correspondia à sua representatividade social e à sua força real.

Tratava-se, naquele momento, de tentar consolidar as condições para adequar as instâncias do Partido à participação de um novo tipo de militante, menos afeito ao “ritual de reuniões demoradas, constantes e cansativas” e criar as condições que abririam o PT para a participação de “uma camada mais ampla de petistas”.

Este debate levaria à elaboração de um novo regimento interno, que teria como princípios básicos, a descentralização regional e a maior autonomia dos Diretórios; a interiorização através da adequação das formas de funcionamento do PT às realidades locais; a profissionalização de quadros e funcionários; a consolidação do processo de regulamentação do funcionamento das tendências; a garantia de creches nos Encontros e convenções do Partido; e a criação de Coordenações Setoriais com atribuições dirigentes para a Juventude, o Movimento Negro, comunidades indígenas, portadores de deficiência e a elaboração de “um projeto político a partir das diferentes realidades socioeconômicas dos estados, e que contemple áreas como: meio ambiente, saúde, educação, habitação e, fundamentalmente, a questão agrária, fundiária e agrícola”.

Há também uma reformulação no processo de escolha e composição das direções que passaram a ser eleitas em parte, através de chapas e, em parte, a partir de representações re-

gionais e sociais, além da garantida de uma presença mínima de 30% de mulheres em todas as instâncias. O processo de filiação também foi alterado naquele processo. O 7º Encontro já havia manifestado a preocupação com a concorrência entre as tendências e procurado garantir que a filiação se mantivesse como prerrogativa das instâncias do Partido e não de suas tendências internas.

Em consequência, o 1º Congresso introduz a preocupação com a necessidade de definir mecanismos para formalização das filiações, até então uma tarefa exclusiva dos núcleos, e decide dar início a um processo nacional de refiliação. A nova metodologia de filiação estabelecia que a cada 20 pedidos ou a cada bimestre, os diretórios municipais organizassem, obrigatoriamente uma plenária com a presença dos novos filiados e filiadas para confirmar a filiação. Do ponto de vista do seu funcionamento interno, o PT passaria a lidar, ao longo dos anos 1990, com dois desafios – que não eram exatamente uma novidade, mas que se tornavam cada vez mais prementes – o seu crescimento institucional e a disputa interna. E seria necessário enfrentar estes desafios, com a dificuldade adicional de não ter conseguido superar as dificuldades enfrentadas durante os anos 1980.

É a partir disso que os núcleos passam por um processo de esvaziamento de suas funções. A partir do 1º Congresso a composição mínima dos núcleos passa de 21 para nove componentes e suas tarefas de filiação e arrecadação tornam-se cada vez mais centralizadas nos Diretórios Municipais.

Ao mesmo tempo que exigiu a criação de novos mecanismos, capazes de equacionar a relação do PT com os Movimentos Sociais e com os governos e parlamentares petistas, o crescimento institucional do PT trouxe o acesso aos recursos do Fundo Partidário e às doações de campanha.

Isto fez com que a preocupação com a sustentação financeira - um tema central no final da década de 1980 – ficasse praticamente despercebido na resolução sobre Construção Partidária aprovada no 1º Congresso.

Com mais acesso ao tempo de propaganda partidária em Rádio e TV, o 1º Congresso traz para o centro do debate a preocupação com a comunicação partidária, que passa a ser entendida também como instrumento de organização, fazendo com que a política de comunicação ocupasse boa parte do debate do 10º Encontro Nacional. Durante o início da década de 1990 diversas iniciativas de comunicação, principalmente através do Diretório Estadual de São Paulo, foram colocadas em curso: O Jornal Brasil Agora, a Revista Teoria e Debate e o Linha Direta. Tratava-se naquele momento de aperfeiçoar – inclusive de profissionalizar – a estrutura de comunicação do PT.

Durante o 10º Encontro Nacional o tema da sustentação financeira volta à pauta, através de uma perspectiva totalmente nova em relação ao debate travado durante os anos 1980, a regulamentação das doações ao partido: “A última campanha eleitoral e os últimos dois anos são um retrato da ausência de uma política de arrecadação de recursos por parte da direção nacional de nosso Partido, e o preço que pagamos foi caro, principalmente no caso das doações das empreiteiras”.

A atual Lei dos Partidos Políticos tramitava no Congresso Nacional e seria sancionada em setembro de 1995. O PT posicionou-se em favor do aumento da dotação do Fundo Partidário e de lutar para “pôr fim à atual forma de doações sem controle, limites e transparência”.

Do ponto de vista interno, o remédio adotado para melhorar a arrecadação entre os filiados e filiadas era muito semelhante ao que já havia sido proposto em 1984: superar o amadorismo e investir na profissionalização da arrecadação.

Neste sentido manteve-se durante o 10º Encontro Nacional o debate sobre a organização de uma Campanha Nacional de Refiliação que, assim como em 1984, tinha o objetivo de organizar e ampliar a arrecadação financeira do PT, mas que, a partir de agora, também pretendia conhecer os dados socioeconômicos e organizar uma mala direta que possibilitasse o envio de material impresso, por meio do correio e de um “sistema de ligação via fax”.

Fruto destas tentativas mais organizadas de criar um Cadastro Nacional de Filiados, surgem, a partir de 1995, as primeiras estimativas a respeito do número de filiados e filiadas do PT. Segundo aqueles dados o PT teria, naquela época, em torno de 700 mil filiados e filiadas.

OS ANOS 2000: UM NOVO ESTATUTO E O PED

Sem conseguir superar da avaliação de que o “Partido está muito voltado sobre si mesmo” e que funcionava a contento

apenas durante os períodos eleitorais, o 2º Congresso Nacional aponta as linhas gerais de funcionamento e de organização do PT que permaneceriam em vigor durante os anos 2000 e, de maneira geral, até a realização do 4º Congresso.

As condições materiais de funcionamento tornam-se muito mais favoráveis, o Diretório Nacional passou a funcionar em uma nova sede com melhores condições para o funcionamento, com reflexo direto na política de comunicação através do Linha Aberta e do PT Notícias, que pretendia se transformar em um jornal de circulação nacional, além da entrada do Partido na era da comunicação via internet. A Fundação Perseu Abramo (FPA) já entrava em funcionamento e o Foro de São Paulo havia sido criado. O avanço das relações no campo institucional, onde havia permanente “relação com os governadores” e “ação conjunta com os prefeitos”, não se refletiam na relação com os movimentos sociais, onde as “divisões internas do partido” limitavam a ação do PT na CUT, UNE e na Central de Movimentos Populares. Caberia às Secretarias e Coordenações Setoriais o papel de melhor organizar a relação entre o PT e os movimentos sociais. Neste período são definidos os critérios para distribuição do Fundo Partidário e os critérios para contribuição partidária dos detentores de cargos eletivos e para os repasses instâncias.

Se, em 1987, havia a preocupação de aproximar o PT de filiados e filiadas dispostos à uma militância menos orgânica, e, a partir de 1990, de se aproximar dos setores despolitizados e não organizados da sociedade. A partir de 1999, buscou-se um tipo de organização que levasse o PT a permear toda a socieda-

de, levando o Partido até “a juventude, trabalhadores informais, pequeno micro e médios empresários, além de reconstituir nossos laços com setores tradicionais petistas, como os operários industriais, amplos setores da classe média, artistas e intelectuais”. Isto implicava um novo processo de filiação, que não se confundisse com mera arregimentação para a disputa interna e “contar número em encontros partidários” .

Isto provocou a elaboração de um novo processo de filiação, com base na aprovação dos nomes pela maioria da executiva do município, mediante a divulgação prévia dos nomes dos novos filiados e filiadas. Este processo faz com que os Núcleos de Base, já com suas funções bastante esvaziadas, percam a prerrogativa de eleger delegados e passem a funcionar como instância de participação e debate e não mais de deliberação. Neste sentido era necessário “transformar cada sede do PT num centro de atividade política, cultural e de lazer, numa referência de solidariedade, útil para a comunidade e aberta diariamente para proporcionar aos jovens, às mulheres, aos idosos uma área onde eles possam se encontrar, estudar, aprender e ensinar”.

Tratava-se da reafirmação de uma concepção de Partido de massa, socialista e democrático, e foi esta concepção que norteou a elaboração do Estatuto do PT e de um novo formato de escolha das Direções Partidárias em todos os níveis, através do voto direto dos filiados e filiadas, o PED.

O primeiro PED foi realizado em setembro de 2001, quando todos os dirigentes do PT foram eleitos pelo voto direto, uma mudança importante na organização do PT, que

o consolidou a concepção de Partido de massas simultaneamente ao momento em que o direito de tendência é regulamentado e consolidado no Estatuto. Assim, resolve-se o problema da representatividade e da proporcionalidade nas direções do partido.

Sete chapas nacionais e seis candidatos a presidente disputaram o PED, em um processo que envolveu 221 mil filiados e filiadas e envolveu 2.504 municípios, organizando diretórios em 45% dos 5.561 municípios brasileiros. Balanços anteriores indicavam que o PT estava organizado, antes da realização do PED, em 4.016 municípios entre Comissões Provisórias e Diretórios Municipais. Deste total de municípios, 2.843 estavam aptos a realizar o PED.

Embora ainda em fase de implantação, o Cadastro Nacional de Filiados contabilizava 867.290 filiados e filiadas aptos a votar naquele PED. Este número, no entanto, materializou-se em uma participação efetiva de 227.461 filiados e filiadas. Embora a participação, em relação ao número total de filiados e filiadas, tenha sido baixa, verificou-se naquele ano uma participação maior, se comparada aos 212.320 que participaram dos encontros de base de 1999.

A partir da avaliação objetiva do PED, o 12º Encontro Nacional adota três importantes medidas para o funcionamento do PED: o recadastramento nacional de filiados e filiadas; a realização de um processo extraordinário de eleição para ampliar a organização do PT de 2.504 municípios para 3.500 Diretórios em todo o Brasil; e, finalmente, centralizar a contribuição dos

ocupantes de cargos eletivos e de confiança em uma conta corrente única nacional.

A adoção de uma conta corrente única para o pagamento de contribuições partidárias procurava superar a dificuldade de se recolher as contribuições e organizar o repasse entre as instâncias, que passaria a ser feito do Diretório Nacional, para as instâncias estaduais e municipais.

Consolidavam-se, com esta medida, todas as diversas tentativas anteriores de profissionalização da arrecadação financeira, materializada através da criação do Sistema de Arrecadação Financeira, o Sace.

A realização de eleições extraordinárias nos municípios que não conseguiam realizar o PED, revela a fragilidade da organização e funcionamento das instâncias do PT nos pequenos municípios. O recadastramento dos filiados e filiadas estendeu-se de 13 de dezembro de 2001 até 15 de fevereiro de 2003, com 308 mil filiados e filiadas registrados no Cadastro Nacional, consolidando um instrumento que forneceu à Direção Nacional condições de arbitrar as prévias eleitorais, os processos de eleição das direções e e escolha de delegados e delegadas, além de criar as condições para a consolidação do Sace e para a comunicação com os filiados e filiadas.

Ao controlar a emissão dos formulários de filiação e ao assumir o controle sobre o registro dos filiados e filiadas no Cadastro Nacional, a Direção Nacional passou a exercer amplo controle sobre o processo de filiação.

O PED realizado em 2005, além de uma resposta da militância aos ataques sofridos durante a crise daquele ano, revelou

um avanço quantitativo e qualitativo da organização partidária, quando concorreram dez chapas nacionais e sete candidatos a presidente. Participaram daquele processo 315 mil filiados e filiadas em 3.650 municípios brasileiros, correspondendo a 66% do território nacional.

Em 2007, o 3º Congresso Nacional, realizado já durante o segundo mandato do presidente Lula, vai apontar para a “significativa perda do vigor no nosso diálogo com os movimentos sociais e populares, com a intelectualidade e com a nossa militância”. E, neste sentido, procura “oferecer correções ao partido”.

Uma destas tentativas de correção é a intenção de fortalecer as Secretarias e Coordenações Setoriais, para organizar a atuação dos filiados e filiadas nos movimentos sociais e “funcionar como representação institucional do PT”, para criar espaços de articulação entre o Partido, o governo e os movimentos sociais.

Ao mesmo tempo em que se mantém a preocupação em oferecer formação política para os novos filiados e filiadas e “facilitar o acesso de quem quer se filiar ao PT”, o 3º Congresso Nacional reafirma a proporcionalidade como método de escolha das direções do Partido, entende a necessidade de “permanente aperfeiçoamento” do PED e define normas para a sua fiscalização.

O 3º Congresso convoca, de forma extraordinária, um novo PED ainda para aquele ano. O PED 2007, mobilizou 330 mil filiados e filiadas em 3.253 municípios, com nove chapas nacionais e sete candidatos à Presidência.

A direção eleita em 2007 cumpriu um curto mandato, conduzindo o Partido durante as eleições municipais de 2008, e preparando um novo PED, realizado em 2009, que contou com oito chapas nacionais e seis candidatos, mobilizando a participação de 518.192 filiados e filiadas em 4.207 municípios.

A partir de 2008, um sistema informatizado de filiação é implantado no Partido. Conectando, através da internet, as instâncias municipais ao Cadastro Nacional de Filiados, este sistema devolveu aos Diretórios Municipais as prerrogativas de incluir, excluir e alterar o Cadastro de Filiados mantendo o seu caráter de cadastro unificado e suprimindo a necessidade de utilização dos formulários de filiação, que não eram emitidos pelo Diretório Nacional em quantidade suficiente e nem distribuídos adequadamente a todos os Diretórios Municipais.

O PERÍODO RECENTE E A REFORMA ESTATUTÁRIA

Os delegados e delegadas eleitos em 2009, reuniram-se em 2011, para uma etapa do 4º Congresso que teria como única pauta a revisão do Estatuto aprovado dez anos atrás. Entre as diversas medidas aprovadas, que incluem a paridade de gênero e a adoção de cotas de etnia e geração em todas as instâncias partidárias, são aprovadas uma série de medidas que buscam reduzir a participação de filiados e filiadas com praticam um tipo de militância menos orgânica. Além disso, a filiação ao PT passa a ficar condicionada à participação em uma plenária de filiação, para que o novo filiado ou filiada seja apresentado ao Partido.

Outra medida importante, do ponto de vista da sustentação financeira, foi a consolidação do Sace como instrumento exclusivo para o pagamento das contribuições financeiras de todos os filiados e filiadas. Com base nestas regras, em 2013, com seis candidatos e oito chapas nacionais inscritas, o PED foi realizado em 3.429 municípios com a participação de 421.832 de um total de 809.344 filiados aptos.

O 5º Congresso Nacional pautou duas importantes decisões do ponto de vista do nosso funcionamento atual. A primeira delas, a avaliação do PED e sua manutenção como forma de escolha das direções partidárias e, a segunda delas, a proibição do financiamento privado do PT.

CONSTRUINDO OS PRÓXIMOS 35 ANOS

Em que pese a decisão em favor da manutenção da escolha das direções através de eleição direta, deve se debater, mais profundamente o tipo de funcionamento que o PT precisa para ter as condições de mobilizar a sociedade em torno de um projeto para o país.

A opção por uma Partido de massas, aberto a todos e todas, não implica abrir mão de uma militância engajada e orgânica. Ao contrário, significa oferecer as condições para que nossos filiados e filiadas possam exercer sua militância política.

É urgente a criação de um novo tipo de vivência partidária, que ofereça formação política, com espaços menos formais e, inclusive, reconhecendo as novas formas de militância virtual.

É sintomático que o debate sobre a proibição do financiamento privado do PT, ocorra ao mesmo tempo em que se reuniu as condições para a profissionalização de um eficiente sistema de arrecadação financeira e que se decidiu desvincular o direito de voto do pagamento das contribuições partidárias dos filiados e filiadas que não exercem cargos.

A busca pela – necessária e importante – profissionalização, não escondeu o problema fundamental – que afeta tanto os mais orgânicos militantes quanto os mais distantes filiados e filiadas – a falta de uma cultura de sustentação financeira através da base; entendida como um fim em si mesmo, e não como uma contrapartida ao direito de voto.

É necessário ter claro que o amadurecimento desta cultura de sustentação financeira está ligado ao despontar daquele novo tipo de vivência partidária. Afinal, se não há formação política constante, se a comunicação é insuficiente, se as atividades partidárias não são capazes de entusiasmar as pessoas, o que há para ser financiado?

Neste sentido é importante refletir sobre a burocratização das instâncias partidárias. Devemos combater, de forma enfática, o funcionamento meramente protocolar dos nossos diretórios. O simples preenchimento de documentos dentro dos prazos estabelecidos não significa uma vida partidária pujante, ao contrário, pode muitas vezes esconder uma instância atrofiada e inerte. Ao passo que, o caminho inverso, a ausência de qualquer tipo de formalidade, pode levar ao total descrédito das instâncias.

Trata-se de simplificar e facilitar o funcionamento do PT, não há uma regra que obrigue o filiado ou a filiada a saírem de suas casas. Mas há regras que fazem com que o filiado ou a filiada prefiram ficar em casa.

ORGANIZAR PARA FORTALECER O PT

Cida de Jesus

Presidenta do Diretório Estadual do PT de MG

Numa sociedade como a nossa, baseada na exploração e na desigualdade entre as classes, os explorados e oprimidos têm permanente necessidade de se manter organizados à parte, para que lhes seja possível oferecer resistência séria à desenfreada sede de opressão e de privilégios das classes dominantes.

Mas sempre que as lideranças dos trabalhadores e oprimidos se lançam à tarefa de construir essa organização independente de sua classe, toda sorte de obstáculosse contrapõe a seus esforços.

(Carta de Princípios)

A citação que abre este texto foi retirada da Carta de Princípios que norteou o Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores (PT). Lançada no dia 1º de maio de 1979, ela registrava a necessidade dos trabalhadores e trabalhadoras, oprimidos pelo sistema, se manterem organizados para, assim, transformar a vida social e política do país.

Foi com esse propósito que, no dia 10 de fevereiro de 1980, enraizado nos movimentos sociais, nascia o PT. Surgia um partido capaz de construir um país com inclusão, justiça social, democracia participativa, desenvolvimento social e distribuição de renda.

Para dar sustentação a esse projeto, pode-se dizer que o Partido foi estruturado em três pilares: organização, institucionalidade e trabalho de base. A partir desse tripé, o PT criou mecanismos de organização partidária capaz de amparar os objetivos do coletivo. Foi estabelecida uma organização democrática, cuja direção e programa foram decididos na base.

A legenda cresceu, elegeu representantes em várias instâncias de poder, chegando à Presidência da República. Dentro dessas instâncias, o partido encontrou o espaço para fazer as mudanças sociais almejadas durante sua fundação.

Esta dinâmica revelou-se extremamente positiva, porque permitiu ao Partido ser ao mesmo tempo expressão política da luta social, da luta por direitos e, em outra frente, participar por dentro das instâncias do Estado, com uma atuação incisiva na busca de transformações. Tudo isso, amparado pelo trabalho junto as bases.

O PT ajudou na construção de um país melhor e mais justo, tirou milhões da miséria e ampliou o acesso dos brasileiros mais pobres a serviços básicos, como educação, saúde e moradia.

Temos motivos de sobra para nos sentir orgulhosos. Mas isso não pode afetar o olhar crítico. Não podemos fechar os olhos para os muitos desafios que ainda temos pela frente.

Como partido, precisamos retomar uma estratégia própria de ação, independentemente do governo, junto às bases e de permanente mobilização. Precisamos renovar a nossa agenda. Não se trata de deixar para trás nossos princípios e lutas fundantes. Muito antes pelo contrário, é tempo de resgatá-los, atualizá-los e aprofundar as ações à esquerda.

Vale ressaltar: a retomada do projeto original do PT depende da continuidade das características de sua fundação, com a militância profundamente comprometida com as lutas sociais, desenvolvendo o trabalho de base e atuando no plano institucional para avançar nas transformações.

Se o momento exige reflexão, cabe a nós, militantes, filiados, filiadas e dirigentes partidários, seguirmos fortalecendo nossa estrutura interna e ajudarmos em projetos que avancem radicalmente nas reformas estruturais do Brasil, que se fazem tão necessárias. Enfrentar este debate é de maior importância para não retrocedermos nas mudanças que conseguimos implementar no país.

O PT deve seguir presente no dia a dia das pessoas, trabalhando pelo fortalecimento da democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base. Afinal, uma democracia forte repousa sobre instituições partidárias fortes.

Norteados por esses fundamentos, devemos seguir qualificando a relação com os movimentos sociais tradicionais, sem deixar de considerar os novos movimentos populares, que emergiram nas últimas décadas, relacionados a lutas específicas. Também faz-se necessário propiciar à juventude e às

mulheres condições para atuar de forma efetiva nas instâncias de direções partidárias.

Para que tudo isso seja possível, é urgente que a legenda invista na formação e mobilização dos filiados e filiadas. Além de criar mecanismos alternativos de comunicação com a sociedade, subsidiando os militantes no enfrentamento dos desafios conjuntares. Também se faz necessário a retomada do modo petista de governar e legislar. Nossos mandatos devem construir plataformas que tenham como prioridades os mais pobres e a participação popular.

Afinal, O PT precisa continuar firme, combinando organização, ação institucional e mobilização social. Como nos ensina o jornalista e escritor mineiro, Fernando Brant, se muito vale o já feito, mais vale o que será. Muito já avançamos na construção de um país mais justo, mas ainda há muito a ser feito. Vamos à luta!

CONCEPÇÃO SOCIALISTA PARA UMA ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

Carlos Henrique Árabe

Secretário nacional de Formação Política do PT

O seminário promovido pela Secretaria Nacional de Organização foi momento importante de reflexão coletiva. Nesse ambiente fraterno, apresentei uma modesta contribuição sobre desafios a vencer para retomarmos uma participação mais ampla no PT, tema da mesa de debate.

Essa contribuição parte da ideia de que nosso partido precisa vencer uma espécie de teste dramático da sua capacidade histórica de derrotar a direita e abrir o caminho para mudanças à esquerda. Em outras palavras, nosso partido precisa resgatar, em todas as suas dimensões, o programa eleito em 2014.

Em seguida, destaco a importância de defendermos – colocando em prática – os avanços de concepção partidária do 4º

Congresso estatutário em contraposição ao retrocesso em termos de concepção partidária que representou o 5º Congresso.

Penso que esses dois ângulos de abordagem têm relação direta com a possibilidade de voltarmos a ter participação militante em grande escala, de massas, na construção do nosso partido.

Para isso acontecer, é preciso que o partido de massas seja visto e seja de fato uma ferramenta indispensável para obter conquistas.

Para Gramsci, exatamente no caderno 13 (“Breves notas sobre a política de Maquiavel”), um partido ultrapassa a condição de organização quando se insere na história de uma classe, da classe que ele pretende representar e dirigir. Nesse sentido, podemos dizer que, sem dúvida, o PT está inscrito na história da classe trabalhadora brasileira. Está inscrito na história do Brasil. Não é possível sequer contar a história da classe trabalhadora, desde a década de 1970, sem colocar nela o PT. É o papel de mudança exercido pelo PT.

Mas Gramsci afirmava ainda outra dimensão. Dizia ele que o partido é válido – o partido com esta natureza socialista – quando disputa a hegemonia. É válido quando ele tem valores para disputar, quando ele tem programa, quando ele tem militância em sentido bastante amplo. Ele mantém sua validade quando tem capacidade de enfrentar a ordem estabelecida e disputa a mudança (senão a revolução) da ordem. Isso é um partido socialista.

Na América Latina, talvez o PT seja a experiência mais institucionalizada de partido de esquerda no momento atual. Isso não significa que nós tenhamos um modelo a copiar.

O teste histórico ao qual está submetido o PT contém três questões. Trata-se de questões decisivas para definir, para dar validade, para atualizar e dizer que nós somos um partido dentro da história e que luta pela hegemonia.

Em primeiro lugar, o PT deve dizer o que quer da economia brasileira. Se nós queremos nos ajustar ao neoliberalismo ou se nós queremos superar o neoliberalismo. Sem rodeios, essa é a primeira questão.

A segunda questão está relacionada à dimensão democrática. Devemos responder se vamos nos ajustar ao modelo tradicional dominante no Congresso Nacional, com todas as suas vicissitudes, ou se impulsionaremos outras formas. Trata-se de uma dimensão na qual o PT tem um acúmulo histórico incomparável, tem projeto político e muita vontade de desenvolver outra governabilidade. Mas deve muito em termos de experiência de governo real.

A terceira questão é o combate à corrupção. Por um lado, a corrupção é uma das armas que a direita brasileira usou e volta a usar agora para impedir e derrubar governos não alinhados aos seus interesses. Historicamente, é algo que ocorre desde Getúlio. No entanto, sabemos que há, na história do movimento socialista, não só do PT, desvios de corrupção em partidos e organizações socialistas. Não podemos permitir que o PT concilie com esse tipo de desvio. A corrupção é hoje a única e forte bandeira que a direita golpista tem para nos atacar. Ela não defende a democracia e nem é contra o neoliberalismo. É uma direita elitista, golpista, neoliberal, corrupta, mas que usa um suposto combate

à corrupção para nos atacar. Mesmo que a direita não utilizasse esse artifício, não é possível fazer transformação e, ao mesmo tempo, ser um partido que convive com o Estado naquilo que ele tem de mais tradicional que são as diversas formas de corrupção. É esse um teste histórico fundamental que necessitamos superar.

Estas três questões devem ser respondidas sem tergiversação, sem ficar a meio caminho entre a superação e a conciliação. O grande risco que sofremos é o esvaziamento do nosso partido, a perda do seu sentido histórico. Isto posto, não haverá fórmula organizativa mágica que resolva o problema de natureza política-ideológica da participação.

CONCEPÇÃO DE PARTIDO

Não podemos achar que o partido se construiu espontaneamente ou mesmo como simples resultado das lutas sociais, embora sem as lutas de classes dos anos 1960 e 1970 no Brasil do século XX não haveria o PT.

O PT não decorre de uma construção espontânea. Ele é resultado também de um debate de concepções ao longo da sua história. Um dos grandes debates sobre concepção girou em torno da compreensão de um partido de quadros e de massas. Até onde conhecemos, ninguém propunha um partido de massas sem organização de quadros.

Outra questão fundamental e singular é a democracia dentro do partido. Nosso pluralismo, que já foi mais vigoroso e deve voltar a sê-lo, significa o maior avanço de concepção do PT em relação a qualquer partido. Há que se destacar que

na experiência internacional isso é inédito por um período tão prolongado. Não é comum ter liberdade interna para discutir o processo de organização partidária...

É imprescindível manter, aprofundar e ampliar o debate sobre concepção de partido.

O 4º Congresso Estatutário foi um dos momentos mais importantes na história da construção partidária, nesse aspecto. Ele superou aquela ideia importante, porém ingênua, de voltar às origens, de pensar naquele partido que fundamos de modo heróico lá atrás. O 4º Congresso nos deu uma concepção de partido com caráter feminista, com diversidade étnica, jovem, de militantes. Estabeleceu o resgate de um papel do militante, um novo sentido de ser filiado, de participação intensa, inclusive na sustentação financeira do partido.

Frente aos dilemas e limitações reconhecidas por todos nós para colocar em prática este estatuto, o 5º Congresso começa a revê-lo, pressionando para possíveis retrocessos. O exemplo mais forte é a renúncia à contribuição financeira dos filiados (ao mesmo tempo que a “não renúncia” ao financiamento empresarial...). Curiosamente, o financiamento empresarial acaba de ser declarado inconstitucional, abrindo novas condições, especialmente para o PT, para uma recuperação da prática política fora da esfera dominada pelo mercado.

A organização partidária não é só “fazer coisas”, o que muitas vezes significa desfazer ou, pelo menos, obstruir ideias. A organização partidária é necessariamente um processo de construção de consciência política, está orientada por concepções.

PT: MUDANÇAS NECESSÁRIAS

Regina Souza

Senadora do PT pelo Piauí

O Partido dos Trabalhadores (PT) foi, sem dúvida, a melhor invenção da política no século XX. Um partido nascido no chão das fábricas, na porta das escolas, que soube combinar a sabedoria da intelectualidade acadêmica com o saber popular do homem do campo. E é por isso que o PT resiste às investidas da direita raivosa, visando riscá-lo do mapa da política brasileira.

Ao chegar ao governo das prefeituras em 1988 e nas eleições seguintes, o PT manteve-se fiel aos seus princípios de inversão de prioridades e participação popular, chegando a instituir o modo petista de governar, cuja política principal, o orçamento participativo, inspirou gestores no Brasil inteiro. O partido chegou a ter uma secretaria para acompanhar suas gestões nas prefeituras e viveu o momento áureo de experiências inovadoras, premiadas em todo o Brasil.

Quando começou a ganhar governos estaduais e depois a Presidência da República, as gestões foram se descolando do

partido, imprimindo e implementando programas distanciados daquilo que o PT defendia. É aí que começa o dilema do PT, ser ou não ser governo, deixar ou não os gestores livres das amarras partidárias.

O resultado foi a gestão petista cada vez mais parecida com as gestões conservadoras e o partido foi empurrado para a vala comum da prática partidária. É verdade que, no governo federal, mantivemos a “preferência pelos pobres”, mas igualmente mantivemos o mesmo tratamento privilegiado aos ricos.

Nessa confusa atuação, o PT se perdeu internamente nas disputas, nem sempre saudáveis, dos espaços internos, deteriorando as relações pessoais. O enfrentamento das situações constrangedoras do mensalão, e agora da Operação Lava Jato, não teve a clareza e a firmeza outrora peculiar ao PT. Hoje, temos um partido fragilizado, participante do governo mas sem se sentir governo, face ao modelo de governança adotado, que não guarda identidade com o que sempre defendemos. Diante disso, resta ao PT se reorientar, se reencontrar, dando uma sacudida na sua organização interna, buscando retomar o diálogo com a sua base social, sair do conforto das salas refrigeradas e botar o pé na estrada, indo onde o povo está. A direção precisa conhecer cada diretóriozinho (assim mesmo no diminutivo) para poder perceber um PT que teima em existir, nos mais longínquos rincões deste país. Eles são a garantia da nossa sobrevivência, desde que tenhamos ações para eles, e não só para as metrópoles.

Ouso listar abaixo algumas sugestões para a construção do partido que queremos:

1. As filiações ao PT viraram vestibular. O pretendente a filiado tem que passar por um curso de formação, mas o partido não tem estrutura para oferecer o curso. O resultado: centenas de milhares de pessoas esperando efetivar sua filiação. Neste momento difícil que o partido vive é preciso abrir as portas para aqueles que querem vir para o PT, apesar das adversidades. É preciso efetivar as filiações pendentes e deixar o rigor do “vestibular” para aqueles que tenham pretensões de candidaturas internas ou externas.

2. A contribuição financeira é outro nó a ser desatado. O Sistema de Arrecadação e Contribuição Estatutária (Sace) é bom e deve ser mantido, mas precisa ser aperfeiçoado. Primeiro, precisa anistiar o passado, as dívidas acumuladas são enormes e as pessoas, na sua maioria, contribuía nas atividades locais e isso não foi considerado na época do PED. Depois é preciso simplificar a tabela, ter a faixa inicial até dois salários-mínimos e mais umas três faixas com valores fixos. Não funciona o percentual do salário e o redutor. Claro que ficariam de fora os detentores de mandato e os cargos em comissão.

3. Efetivar as regionais geográficas coordenadas pela Executiva do município polo; manter os setoriais como espaço de debate aberto aos simpatizantes e sem escolha de delegados para evitar a reprodução das disputas nas instâncias; voltar a escolha de delegados de base, desvinculada do PED, com representação dos municípios nos encontros e congressos e abrir a sede do partido para ser um espaço de convivência, com eventos culturais, rodas de conversa, podem dar mais dinamicidade e visibilidade ao PT.

4. O PED deu mais vida ao PT, é um dia de muita visibilidade do partido, é festivo, salvo algumas exceções. O que incomoda é o período que antecede o PED, onde acontece de tudo, até fraude em pagamento e filiações, sem falar no tormento que é inscrever uma chapa. A filiação em massa precisa ser terminantemente proibida, assim como o pagamento por quem dispõe de mais recursos. Para isso, o prazo de pagamento deve ser único em qualquer ano, até o mês de março, por exemplo. Quem não quitar, estará fora das atividades daquele ano.

5. As teses são pouco lidas e pouco debatidas. É preciso um esforço para construir coletivamente alguns pontos e deixar o debate para o que for impossível construir consenso. Os mandatos também devem ser reduzidos para três anos.

6. Nossa juventude vive em função da disputa da Secretaria em todo os níveis e de eleição de delegados para os congressos. Faltam a alegria e a criatividade próprias da idade, capaz de atrair meninos e meninas para a militância. É preciso ocupar as escolas com temas interessantes, acampar, fazer blitzs com jovens motociclistas que estão sendo dizimados pelos seus próprios veículos. A saída para a dependência química também tem que ser papo de jovem.

7. A governança é outro ponto a ser aprofundado no partido. O PT já fez acompanhamento aos governos, há algum tempo, havia até um banco de boas práticas de governança. Hoje, o PT não tem marcas de gestão pública.

8. Os mandatos parlamentares parecem não ter satisfação a dar ao partido. Entendo que os mandatos devem servir

ao fortalecimento do partido, precisam cumprir tarefas partidárias, independentemente do parlamentar ser ou não da direção do partido.

9. A nossa comunicação também é preocupante. Não chega aos confins, onde um “petezinho” teima em existir com a cara e a coragem, onde a internet ainda não se fez conhecer, e o velho e bom panfleto ou jornalzinho ainda tem um papel a cumprir. Mesmo nas redes sociais, deixamos a desejar, privilegiamos o whatsapp falando com nós mesmos. É preciso montar uma rede, com tudo o que existe entre os petistas (sites, blogs, portais, rádios), com uma coordenação centralizada, tendo um link com estados e municípios.

Esta é apenas uma colaboração individual, não expressa posição da corrente partidária da qual participo, portanto, não há aqui intenção de colocar este texto para fomentar a disputa política interna do nosso partido.

A DIALÉTICA NECESSÁRIA

Gilberto Carvalho

Militante do PT e ministro da Secretaria Geral da Presidência
no governo Lula

O nascimento do Partido dos Trabalhadores (PT) conforma um processo inédito na história política do Brasil de profunda e intrínseca ligação entre a militância social e a militância política. Na contramão da figura do “político profissional”, esta nova cultura que se expressa na fundação de um Partido dos Trabalhadores sustenta a figura do militante social que amplia sua esfera de atuação com a participação na política partidária.

A clássica expressão “um pé dentro, um pé fora” passou a significar que nossa atuação se dá na esfera da luta social (não necessariamente enquadrada nos limites da institucionalidade, uma vez que a luta social se dá na busca da conquista de novos direitos) e ao mesmo tempo na esfera da política institucional, fora ou dentro dos aparelhos de Estado.

Esta dinâmica revelou-se extremamente fecunda, porque permitiu ao Partido ser ao mesmo tempo expressão política da

luta social, da luta por direitos e, em outra frente, atuar por dentro das instâncias do Estado, com uma atuação incisiva na busca de sua mudança (inversão de prioridades, democratização, participação social).

O 5º Encontro Nacional (Brasília, 1987) expressou de forma bastante clara esta dialética necessária que se realimenta do próprio desenvolvimento das lutas em todos estes campos. O 5º Encontro complementa esta definição com a formulação da chamada “estratégia de maiorias” – contra uma tendência da formação de um partido de vanguarda, de quadros, o 5º Encontro declara a natureza do PT como um partido de massas – com quadros naturalmente – e com a missão de construir a hegemonia de um projeto político/social capaz de atrair e engajar as grandes massas.

Esta dinâmica só pode ocorrer com uma atuação do Partido não apenas colada à luta e aos movimentos sociais, mas na medida em que sua militância, ela mesma, expresse em sua atuação pessoal esta dupla dimensão. Vale dizer: a realização do projeto original do PT depende da continuidade desta característica de sua militância, profundamente comprometida com as lutas sociais e realizando no plano pessoal e institucional esta dialética fecunda.

Quando o PT começa a ocupar espaços no aparelho institucional, se estabelece uma nova dinâmica, ainda mais rica: o “pé fora e pé dentro” passa a valer também no sentido da dedicação à atuação nas câmaras municipais, prefeituras, parlamentos e executivos em todos os níveis, e ao mesmo tempo

com a continuidade na atuação dentro dos movimentos e com os movimentos sociais.

Surge outra realidade desafiadora: o poder de atração e o consumo de energia exigidos pela presença nos aparelhos tendem a drenar todos os recursos, quadros, pautas e esforços do Partido.

Somem-se a isso os fatores da cooptação e da sedução que a tradicional cultura política começa a exercer sobre os que exercem funções nos diversos aparelhos e por consequência sobre todo o Partido.

Cresce muito neste contexto a figura do “profissional da política”, gente que não passou pelo histórico de lutas sociais e que tem sua militância concentrada no serviço aos mandatos legislativos ou executivos.

O próprio Partido com seu crescimento institucional passa a exigir um corpo dirigente e burocrático que ganha relevo crescente na vida interna da organização. Cresce uma cultura própria do aparelho, com suas disputas pela ocupação de espaços.

É neste contexto que se manifesta uma crescente tensão, ante o rompimento da quase conaturalidade da convivência Partido/Movimentos Sociais, agravada pelo fato de o PT passar a ser governo, alterando o lugar a partir do qual se estabelece o diálogo: neste caso a tensão é natural, ante as reivindicações dos movimentos sociais e os limites de um governo para atendê-las.

O enfrentamento deste debate neste momento crítico vivido pelo nosso governo e pelo nosso Partido é da maior importância: como reatualizar a fecunda relação dialética que nos deu

vida nos primórdios, com a criatividade capaz de enfrentar um contexto completamente diverso daquele inicial, muito mais complexo e desafiador. Mais: com a certeza de que a retomada desta dinâmica é essencial, vital, para que possamos continuar a desenvolver um processo que aprofunde e radicalize as mudanças que nesta primeira fase nós conseguimos implementar no país, com apoio da maioria do povo brasileiro.

FINANCIAMENTO MILITANTE E ESTRATÉGIAS PARA A SUSTENTAÇÃO FINANCEIRA

Márcio Macedo

Secretário nacional de Finanças e Planejamento do PT

O atual momento e a conjuntura imposta diante de nós exigem reinvenção de estratégias e novos paradigmas para garantir a sustentação financeira e o avanço político do Partido dos Trabalhadores, no sentido de consolidar a organização partidária de modo a preservar as conquistas alcançadas até agora e avançar na construção de uma nova dinâmica de funcionamento do partido.

Os ataques impiedosos da direita inconformada e da mídia golpista têm levado o partido para uma posição defensiva que precisa ser revertida de forma determinada, na busca de alternativas de implementar uma ofensiva contra os movimentos que se intensificam de tentativa de destruir o PT, e, ao arripio da constituição brasileira e dos princípios que norteiam a democracia, golpear o governo legitimamente eleito, com o encaminhamento de um processo de *impeachment*.

A partir do entendimento do diretório nacional de que o Partido não deve mais receber doações empresariais, é imperativo que o PT busque alternativas eficazes de arrecadar recursos para a manutenção da estrutura partidária e especialmente para garantir a implementação das políticas estabelecidas pelo seu estatuto e deliberadas em suas instâncias.

A melhor e mais viável alternativa para resgatar a estabilidade financeira é convocar os filiados e simpatizantes a contribuírem regularmente. Quanto aos filiados, é obrigação estatutária a contribuição financeira com o partido, que devem ser estimulados pelas direções e através de campanhas de sensibilização nesse sentido. Igualmente, é imperioso que o PT desenvolva campanhas junto aos simpatizantes para que esses companheiros (as) contribuam financeiramente com o partido.

A Secretaria Nacional de Finanças e Planejamento, com o apoio e sugestões da demais secretarias, tem pensando alternativas para melhorar a arrecadação. A campanha de arrecadação “seja companheiro seja companheira”, onde, através do site os (as) filiados (as) e simpatizantes podem acessar para contribuir utilizando cartão de crédito, pode ser uma forma eficaz para ajudar na sustentação financeira do partido, se constituindo, juntamente com a contribuição estatutária dos filiados, através do Sace, no suporte necessário para o desenvolvimento das políticas partidárias e manutenção de sua estrutura.

A coordenação da SNF&P e o engajamento de toda a direção partidária em todos os níveis é de fundamental importância para a consecução dos objetivos propostos visando à sustentação financeira do partido.

A campanha de doação voluntária que foi interrompida temporariamente por problemas técnicos no site, já voltou ao ar com seu funcionamento normal aceitando doações através de cartões de crédito e débito, bastando o (a) filiado (a) ou simpatizante acessar o endereço www.pt.org.br/sejacompanheiro, cadastrar seus dados e a partir daí, efetivar a doação no valor e forma desejados.

A partir de 2013, com a implementação do Sistema de Arrecadação de Contribuição Estatutária (Sace), de forma mais efetiva, as instâncias partidárias passaram a contar com esse importante e eficiente instrumento, garantindo o mínimo de recursos para o funcionamento da estrutura partidária. A SN-F&P, através do trabalho de uma comissão de dirigentes e funcionários está levantando propostas para aperfeiçoamento do Sace visando principalmente à melhoria da arrecadação, através da sensibilização de dirigentes e o conjunto de filiados para adesão ao sistema, garantindo dessa forma as condições desejadas para a sustentação financeira do PT.

O envolvimento do conjunto de dirigentes e filiados é de fundamental importância, no oferecimento de sugestões que possam melhorar o funcionamento do Sace. Uma providência que se faz urgente é a busca de todos os detentores de cargos eletivos, executivos, gabinetes, assessores, comissionados e dirigentes para contribuir no Sace atendendo dessa forma o que estabelece o estatuto.

Como uma forma de regularizar a situação financeira dos filiados inadimplentes, em suas diversas categorias, seria interes-

sante buscar uma forma de trazê-los a contribuir regularmente com o partido, oferecendo uma alternativa viável para a negociação de possíveis débitos anteriores, sem com isso caracterizar perdão de dívidas.

O mais importante é uma tomada de consciência do conjunto do partido, envolvendo as direções, parlamentares, mandatários e todos os filiados, da necessidade de estabelecer uma regularidade das contribuições financeiras diante do novo momento que o partido está enfrentando.

É importante, portanto que os participantes deste seminário, bem como o conjunto dos filiados apresentem sugestões para a melhoria da arrecadação, especialmente através das contribuições estatutárias e daquelas oriundas dos simpatizantes, com a divulgação massiva da campanha de arrecadação “seja companheiro seja companheira”.

A EXPERIÊNCIA DAS ELEIÇÕES PRIMÁRIAS DO PSUV

María Urbaneja

Embaixadora da Venezuela no Brasil

A importância da participação popular no exercício direto da soberania está referendada no texto da Constituição da República Bolivariana da Venezuela, assim como na Lei Orgânica dos Conselhos Comunais e outros documentos jurídicos.

A participação e o protagonismo do povo na revolução bolivariana é um exercício de democracia direta, um processo de empoderamento popular que tem sido alcançado cada vez com mais força e profundidade, de acordo com o progresso e radicalização da revolução que dirigiu nosso comandante Chávez e que hoje continua nosso presidente dos trabalhadores Nicolás Maduro.

No preâmbulo da nossa Constituição Bolivariana se coloca como principal objetivo estabelecer “uma sociedade democrática, participativa e protagonista, multiétnica e pluricultural”

e, desde este mandato que, o governo e povo bolivariano têm trabalhado de maneira constante e sustentada para avançar na construção da pátria socialista refundando os valores nacionais, assim como o conceito de república democrática dentro do concerto latino-americano e internacional de nações.

Este mandato constitucional estende-se a formas de organização popular. São promovidos na revolução bolivariana: círculos bolivarianos, mesas técnicas de participação, comitês sobre território urbano, conselhos comunais e comunas entre outros, que tiveram em nosso comandante Chávez um entusiasta fundamental, convencido de que constituíam uma estratégia para reforçar o Projeto Revolucionário Bolivariano.

A confirmação e aperfeiçoamento dos conselhos comunais, nos quais o povo organiza, planeja, executa e controla a vida cultural, econômica, política e social das comunidades de acordo com as características e necessidades próprias de cada conselho comunal é o autogoverno popular.

Hoje o nosso povo constitui o poder de baixo para cima, participando como iguais: homens, mulheres, meninos e meninas, jovens, idosos, mestiços, negros, brancos, de setores tradicionalmente excluídos, agora, com a revolução construindo eu presente e garantindo seu futuro, o da pátria.

É a partir deste marco que queremos resumir a experiência das primárias do PSUV, porque esse processo só foi possível graças aos avanços do processo de democratização e construção do poder popular que temos construído desde a revolução bolivariana e se traduz no compromisso da militância do PSUV

para as próximas eleições parlamentares. Uma nova batalha que o bravo povo venezuelano deve ganhar participando massivamente e desenvolvendo um processo democrático com ampla participação popular.

A ORGANIZAÇÃO DO PSUV FRENTE ÀS ELEIÇÕES PARLAMENTARES

Conforme anunciado pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE), as eleições parlamentares nas quais serão eleitos 167 deputados e deputadas que integrarão a Assembleia Nacional, órgão legislativo da República Bolivariana da Venezuela, estão marcadas para domingo, 6 de dezembro de 2015.

Dessas 167 deputadas e deputados, 110 serão eleitos nos 87 colégios eleitorais nos quais se divide o território nacional, segundo a normativa do CNE, enquanto o restante (57) deputados e deputadas serão eleitos de acordo com as listas eleitorais de cada um dos estados da Venezuela e seu Distrito Capital, para dar um total de 167 deputados e deputadas que conformarão a nova Assembleia Nacional.

Segundo este marco normativo estabelecido pelo CNE para as eleições parlamentares, o Partido Socialista Unido da Venezuela, de acordo com sua normativa interna, desenvolveu e implementou seu processo de eleições primárias para escolher os candidatos e candidatas à Assembleia Nacional. A continuação se descreve no processo realizado em 28 de junho do ano em curso:

Para estas eleições primárias contamos com 13.686 Unidades de Batalha Bolívar-Chávez (UBCh) que se reuniram em

assembleias em todo o país para selecionar os/as candidatos/as, após os processos de avaliação e respectivos debates.

Após este processo interno das UBCh, foi expedida para o Conselho Nacional Eleitoral a lista final dos 1.152 candidatos que concorrerão na eleição com base nos 87 colégios.

A seleção foi feita com base nas regras do regimento interno do Partido: a) Paridade de gênero: em cada colégio eleitoral haverá, para eleição, a mesma quantidade de homens e mulheres (artigo 7º do Regulamento das primárias do PSUV); b) Participação de jovens: a lista de candidatos e candidatas que poderão ser eleitos em cada circunscrição eleitoral será composta 50% por jovens (artigo 8º do Regulamento das primárias do PSUV).

Foi estabelecido pela condução do CNE o 28 de junho de 2015, domingo, para a realização desta jornada. O CNE habilitou 3.987 centros de votação e instalou 5.613 mesas eleitorais nas 87 circunscrições do país. Estavam convocados a votar no Registro Eleitoral Geral quase 19 milhões de venezuelanos, ou seja, não estavam circunscritos apenas militantes e simpatizantes do PSUV.

Segundo a Direção Nacional do PSUV, os resultados foram mais exitosos do que o esperado, já que não apenas atingimos uma participação inédita nesse tipo de eleições, votaram 3.162.000 de venezuelanos e venezuelanas, como também se calcula que, se tivessem sido habilitados mais centros eleitorais, a participação poderia ter chegado aos quatro milhões de participantes.

Finalmente, eu não quero fechar meu discurso sem notar que, pela primeira vez na história da revolução bolivariana, e sob uma maturidade político-eleitoral, baseada em mais de 18 processos eleitorais desenvolvidos nestes 16 anos de revolução bolivariana, foi possível construir um aliança perfeita (unidade) antes das próximas eleições parlamentares. Nesta parceria se reúnem 32 organizações registradas, 334 candidatos e candidatas como um único bloco, o Grande Polo Patriótico Simón Bolívar (GPPSB), no qual o Partido Comunista da Venezuela (PCV), o Pátria Para Todos (PPT), PODEMOS, entre muitos outros.

Portanto, para as próximas eleições, a proposta do chavismo para a criação da Assembleia Nacional, não só está legitimada de maneira sem precedentes na Venezuela, mas também se apresenta como uma proposta ampla, unindo todas as forças revolucionárias, agora mais do que nunca necessária para seguir derrotando a direita nacional e internacional que busca permanentemente a divisão e a desconfiança entre as forças políticas revolucionárias.

Portanto, a partir da Venezuela Bolivariana e Chavista, em um momento em que o império americano volta a atacar e desestabilizar as democracias revolucionárias da nossa região, por meio de golpes brandos, dizemos com a força que hoje é mais do que nunca necessária para a unidade, a luta, a batalha e a vitória dos nossos povos latino-americanos e caribenhos na construção da Pátria Grande que sonharam nossos libertadores e hoje se materializa por nossos novos líderes regionais que estão convencidos de que um mundo melhor é possível.

O QUE NÃO FAZER?

Valter Pomar

Professor da UFABC e militante do PT

Não existem modelos na luta da classe trabalhadora pelo socialismo. A tentativa de copiar as opções (ou o que achamos que foram as opções) adotadas pela classe trabalhadora em outros países e épocas não deu e nunca dará certo.

Ou seja: em cada país, em cada época, cada classe trabalhadora terá que construir seu programa, sua estratégia, seus instrumentos organizativos, suas táticas e formas de luta. Portanto, a forma de organizar a luta da classe trabalhadora e as ideias correspondentes são marcadamente históricas, correspondem a um determinado momento da luta de classes em um determinado país.

Embora isto seja verdade, a tendência a copiar modelos é fortíssima. Por que isto acontece?

Em primeiro lugar, porque o capitalismo, a classe trabalhadora e a luta pelo socialismo são fenômenos internacionais.

Em segundo lugar, porque o maior êxito da classe trabalhadora num determinado país ou época estimula seus contemporâneos a “seguir os passos do caminho”.

Assim é que houve uma tendência a copiar os franceses (até a derrota da Comuna de Paris), depois uma tendência a copiar os alemães (até a I Guerra Mundial), depois uma tendência a copiar os russos, os chineses, os cubanos etc. Vale destacar que esta tendência é estimulada em certa medida pela classe dominante, através da propaganda negativa que faz acerca de determinadas experiências.

Em terceiro lugar, porque é realmente útil estudar as experiências internacionais, desde que fique claro o que buscamos neste estudo. E o que buscamos não são as respostas certas, mas sim as perguntas certas.

Dito de outra forma, a experiência internacional não nos responde como organizar a classe trabalhadora brasileira na luta pelo socialismo.

Não existe um “supermercado de experiências”, onde a gente possa adquirir a “melhor forma de organização de base”, a “melhor forma de mobilização”, o “melhor tipo de comunicação”, o “melhor tipo de direção” e assim por diante.

O que a experiência internacional pode nos ajudar é a elaborar uma lista de “perguntas” que devemos tentar responder, ao analisar a realidade brasileira.

Dito de outra forma, o estudo da experiência internacional (que em grande medida consiste no estudo de várias outras experiências nacionais ao longo da história) pode nos ajudar a produzir uma síntese dos grandes temas, das grandes questões, das grandes perguntas. Mas a resposta adequada aos nossos problemas, isto tem que ser produto da análise concreta da situação concreta, para usar uma frase conhecida.

O que foi dito até agora poderia ser formulado de outra forma, mais digamos “humorística”, a saber: a experiência internacional pode nos indicar o que fazer para que as coisas terminem mal. Pode nos indicar, dito de outra forma, o que não fazer. Por razões meramente didáticas, é desta forma “humorística”, que eu vou organizar o restante da minha exposição.

ABRIR MÃO DA INDEPENDÊNCIA DE CLASSE

A experiência histórica demonstra: a classe trabalhadora deve construir organizações próprias, para travar a luta econômica, política e ideológica. Sindicatos e outras formas de organização, partidos, escolas e meios de comunicação: ou se constrói, ou se perde a luta.

No caso do petismo o déficit mais evidente ao longo destes 35 anos está no terreno da comunicação. Não apenas falta uma política e uma ação de comunicação à altura das necessidades (não temos um jornal diário, por exemplo). Mas também o conteúdo de nossa comunicação é pífio e muitas vezes errado, como eu percebo toda vez que vejo o Kassab, o Levy, o FMI e o Setúbal ganharem destaque positivo na página eletrônica do PT nacional.

A ausência de uma política de comunicação afeta a independência de classe, pois ajuda (por omissão) a manter uma grande parte da classe trabalhadora sob domínio da visão de mundo dos capitalistas e dos setores médios.

Depois de tantos anos, não se pode atribuir o problema à falta de recursos humanos ou materiais. E depois da exitosa

e logo desdenhada experiência do Muda Mais, ficou claro que não se trata tampouco da rejeição aos impressos em favor das novas mídias. Há uma divergência de fundo, acerca da necessidade ou não de uma verdadeira rede de comunicação partidária.

E esta divergência, é bom que se diga, se estende ao conjunto da obra: desde 2003, muito pouco foi feito para quebrar o oligopólio da mídia e democratizar a comunicação de massa. Ao revés, a Globo continua tendo tratamento vip.

DEIXAR DE CONSTRUIR UMA INTERPRETAÇÃO PRÓPRIA ACERCA DA REALIDADE

A experiência histórica também demonstra: a classe trabalhadora precisa construir (e reconstruir, atualizando-a o tempo todo) uma interpretação própria acerca da luta de classes no terreno internacional e nacional, portanto acerca do desenvolvimento capitalista em geral e de cada formação social nacional.

É bom dizer que nunca houve nem nunca haverá uma única interpretação, nem haverá “a” interpretação. Mas a busca por construir uma interpretação própria, do ponto de vista da classe trabalhadora, é essencial para o êxito da luta de nossa classe. Trata-se de uma tradução – no plano das ideias – da seguinte noção básica: a classe trabalhadora que produz a riqueza deve, através da sua organização e ação coletiva, tomar em suas mãos a definição de como produzir, como distribuir e como organizar a sociedade.

Um dos piores efeitos colaterais da ação combinada da ofensiva neoliberal e da crise do socialismo, nos anos 1980 e 1990, foi exatamente o retrocesso no terreno das ideias.

O retrocesso ocorreu antes de mais nada no plano material, com o fechamento de editoras, escolas e jornais, provocando a redução nos recursos humanos e materiais dedicados à luta de ideias. Mas também ocorreu um retrocesso no terreno das ideias propriamente ditas: no mundo inteiro, caiu a influência do marxismo (ou, melhor seria dizer, dos marxismos) e cresceu a influência das correntes ideológicas burguesas, inclusive no interior dos partidos de esquerda.

Em alguma medida isto era inevitável. A derrota do socialismo de tipo soviético, da social-democracia europeia e do nacional-desenvolvimentismo, acompanhadas de uma nova fase no desenvolvimento capitalista, obrigaram a classe trabalhadora a tentar construir interpretações novas para os problemas antigos e a buscar construir soluções novas para os problemas novos. E enquanto isto não acontecia, é evidente que as ideias burguesas ocupariam mais espaço do que antes.

Um problema adicional, no caso do Brasil e do PT, é que não fizemos este “dever de casa”. Embora haja no Partido muita gente que gosta de citar Gramsci, a verdade é que não se leva muito à sério a ideia de que o Partido deva ser um intelectual coletivo. Isto pode ser confirmado, analisando-se por exemplo as experiências & vicissitudes do Instituto Cajamar e da Fundação Perseu Abramo.

Importante lembrar que não há nenhuma experiência exitosa de luta pelo socialismo, que não tenha envolvido a construção de uma intelectualidade orgânica. Não estamos falando, como é comum na esquerda brasileira hoje, de buscar a “asses-

soria” de intelectuais tradicionais (estejam eles aonde estiverem e sejam quem forem). Estamos falando, isto sim, de construir uma “contra-elite intelectual”, vinculada organicamente à classe trabalhadora, capaz tanto de enfrentar o pensamento dominante quanto de construir uma visão de mundo adequada aos interesses da nossa classe.

A debilidade da nossa intelectualidade orgânica fica clara no caso do debate econômico: parte dos petistas incorporou o credo neoliberal (exemplo disto é a submissão mental ao dogma do superávit primário); outra parte combate o neoliberalismo a partir do credo keynesiano (o que implica, como estamos vendo neste segundo governo Dilma, um alto risco de capitulação). Aliás, a própria ilusão de que os “economistas profissionais” são os mais habilitados para discutir e elaborar nossas alternativas é por si mesmo reveladora.

Outro exemplo de debilidade da nossa intelectualidade orgânica está na maneira como interpretamos a estrutura de classes da sociedade brasileira. Há entre nós desde aqueles que abandonaram a luta de classes como vertebradora, tanto da ação quanto da compreensão da realidade; passando por aqueles que acreditam na luta, mas não acreditam no caráter central do conflito entre a classe trabalhadora e os capitalistas; até aqueles que corretamente reconhecem o papel central da luta de classes e do conflito capital versus trabalho, mas não atualizaram seu conhecimento da realidade, muito embora a composição de cada classe e do conjunto da estrutura social brasileira tenha sofrido mudanças importantes desde os anos 1980.

Podemos dizer, portanto, que a esquerda brasileira como um todo e o PT em especial ampliaram sua influência política, mas carregando uma bagagem teórica e ideológica debilitada e às vezes parcialmente emprestada dos seus adversários. O que ajuda a explicar a perplexidade de alguns, diante do que está ocorrendo agora.

Esta contradição entre influência política e influência ideológica – que também ocorre no plano nacional, em que ganhemos quatro eleições presidenciais mas sem consolidar uma maioria político-cultural a favor de mudanças estruturais – tem relação direta com determinadas opções políticas que fizemos desde 1995. Resumidamente, certos “atalhos” podem custar muito caro no médio prazo.

É bom que se diga, entretanto, que não somos os únicos. Por exemplo, parte da esquerda latino-americana vive a mesma situação: mesmo em países onde a situação política é mais avançada, a compreensão teórica dos processos está extremamente defasada e muitas vezes atrapalhada pela predominância de paradigmas enferrujados e as vezes totalmente incorretos quando se trata da interpretação do capitalismo do século XXI, do balanço das tentativas de construção do socialismo no século XX e das formulações estratégicas. Claro, dizem que a coruja de Minerva alça voo ao anoitecer. Mas nossa coruja às vezes parece empalhada.

DESISTIR DA LUTA PELO PODER

Pode parecer estranho, mas há várias correntes – como os zapatistas, por exemplo – que acreditam ser possível “mudar o mundo sem tomar o poder”.

Aqui no Brasil temos algo análogo, por exemplo Frei Betto, que volta e meia critica o PT por ter – na opinião dele – cometido o erro de trocar um projeto de nação por um projeto de poder, quando a verdade é o oposto: o PT foi abrindo mão da luta pelo poder e se contentando em lutar pelo governo. Para depois de quatro eleições presidenciais, descobrir o óbvio: enquanto a classe dominante controlar os fatores fundamentais de poder, ela continuará dispondo dos meios seja para virar o jogo a seu favor, seja para limitar de modo estrutural nossos avanços.

O caso do Frei Betto, deixando de lado alguns aspectos da digamos personalidade política dele, revela um aspecto do problema que vale a pena comentar: a influência do pensamento cristão no petismo fez e faz com que sejamos muito suscetíveis ao senso comum segundo o qual “todo poder corrompe”, “política é coisa suja” etc. Senso comum muito útil aos que já detêm o poder, para convencer os que não detêm o poder a manterem-se no seu lugar, para “não se sujar”.

Este senso comum acerca do poder afetou negativamente o nosso pensamento e nossa ação estratégica. E – ao não entendermos nem tratarmos corretamente o tema do poder –, acabamos na teoria fazendo um discurso liberal sobre ética & cidadania, ao mesmo tempo em que na prática baixamos a guarda inclusive no tema da corrupção.

A este respeito, é bom dizer que nosso partido foi vítima precoce do mesmo mal que atingiu tantos partidos socialistas, especialmente daqueles que detinham o poder de Estado. Claro que a oposição de direita é hipócrita, claro que a justiça é

seletiva, claro que a mídia deforma, claro que nossos governos tomaram medidas importantes no combate à corrupção. Mas também é verdade que baixamos a guarda, nos acomodamos ao modo tradicional de fazer política e – além disso—introduzimos em nosso Partido métodos degenerados de luta interna, baseados na mesma mercantilização eleitoral que condenamos na sociedade. Sem falar no olhar de paisagem com que vários de nós passaram a encarar os famosos “sinais exteriores” ostentados por alguns filiados.

Vale lembrar que a burocratização e a corrupção em larga escala atingiram vários partidos no Leste Europeu. E que na China, o PCCh transformou o combate à corrupção em questão de vida ou morte. O tema da corrupção, portanto, pode ser “ético” no plano individual, mas no plano da luta de classes é parte da disputa pelo poder. E quem não quer disputar/conquistar/tomar o poder, é disputado/conquistado/tomado por quem controla o poder.

Aceita a tese de que não podemos desistir da luta pelo poder, é preciso enfrentar três temas vinculados: o que é o poder, quem deve conquistar o poder, como conquistar o poder. Sobre isto há um debate internacional que podemos rastrear pelo menos desde os tempos da criação da Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1864, até os tempos atuais. Este debate é tão atual que, por exemplo, leva alguns de nós a “defender a democracia” e outros a “defender as liberdades democráticas”. Como não há tempo nem espaço, sejamos telegráficos: quem deve conquistar o poder é a classe trabalhadora; como conquistar o

poder é “o” debate estratégico; e o poder é uma relação social, que se cristaliza periodicamente em determinadas instituições (a propriedade das empresas, as forças armadas, os meios de comunicação, as instituições estatais, as organizações populares etc.).

Se queremos aprender algo das experiências internacionais, especialmente das fracassadas, que são as mais interessantes, devemos retomar o debate estratégico e dar conta das questões expostas no item acima. Digo que as fracassadas são as mais interessantes, no espírito da frase famosa: “todas as famílias felizes são parecidas; as infelizes são infelizes cada uma a sua maneira”.

ROMPER A RELAÇÃO ENTRE REFORMAS E REVOLUÇÃO

Na virada do século XIX para o século XX, houve um grande debate entre os principais dirigentes da social-democracia – pessoas como Rosa Luxemburgo, Bernstein, Kautsky e Lenin – acerca da relação entre a luta pelo socialismo e a luta cotidiana da classe trabalhadora, por melhorar suas condições de vida no capitalismo.

Este debate continuou por todo o século XX e reaparece, sob diferentes formas, no dia a dia de todo militante de esquerda. Na prática somos estimulados a dar conta do imediato, do urgente, do que está ao nível de consciência das pessoas. Mas se nos limitarmos a isto, que tipo de mudança produziremos ao final?

Dito de outra maneira e dando um exemplo: devemos lutar por aumentar nossos salários, mas o aumento dos salários não vai modificar o sistema social em que alguns são proprietá-

rios e outros vendem sua força de trabalho. E se o que queremos é mudar este sistema, então é preciso combinar a luta por “reformas” com a luta por “revolução”.

No caso do Brasil, fazer esta discussão exige remover várias camadas de confusão. De cara, vivemos num país onde nunca houve uma revolução social, pelo menos não algo similar às várias revoluções ocorridas na França entre 1789 e 1870, nem similar à guerra de independência dos EUA e à posterior guerra civil que acabou com a escravidão, nem similar ao que ocorreu na Rússia, ou na China, ou em Cuba.

Ao mesmo tempo, vivemos num país onde a classe dominante chama episódios como 1930, 1932 e 1964 de “revolução”.

Simultaneamente, aqui no Brasil o termo “reformas” possui vários significados. Exemplo: as “reformas de base” defendidas pela esquerda em 1964 versus as “reformas neoliberais” aplicadas pelo PSDB nos anos 1990.

Esta confusão, digamos linguística, não é apenas linguística. Corresponde a um contexto extremamente resistente ao radicalismo político e social.

Quando o PT surgiu, ele enfrentou esta tradição de conciliação e pacto; mas ao longo do tempo, fomos nos habituando, nos conformando, nos adaptando, nos domesticando – para usar uma expressão que, por essas ironias da vida, foi notabilizada noutros tempos pelo atual presidente do PT, Rui Falcão.

Hoje o PT precisa recuperar sua “indignação com tudo isto que está aí”, recuperar sua capacidade de expressar a insatisfação popular, a rebeldia plebeia, o protesto proletário. Pois

se não fizermos isto, se não formos também expressão da insatisfação e rebeldia social, nos converteremos num “partido da ordem”, no sentido estrutural da palavra. É o que trataremos no próximo ponto.

SUBORDINAR O PARTIDO AO ESTADO E/OU AO GOVERNO

Nos anos 1990, quando a União Soviética veio abaixo, importantes intelectuais petistas diziam que um dos maiores ensinamentos daquela experiência foi a de que não se deve confundir nem subordinar partido e Estado. Este é um tema muito complexo, pois a experiência histórica mostra que quando há uma revolução, o partido que dirige esta revolução torna-se ele mesmo o núcleo do poder de Estado. E que, portanto, nestes casos, embora Estado e partido sejam instituições diferentes, o vínculo entre elas é muito forte.

Reconhecendo esta realidade, tanto Lenin quanto Gramsci defendiam que o partido assumisse conscientemente o papel de construtor do novo Estado. Sendo que a partir da experiência prática entre 1917 e 1924, Lenin enfatizava muito a distinção entre as tarefas de “administração” e “direção” (ou seja, entre governo e Estado).

No debate dos anos 1990, alguns intelectuais do PT entraram na onda de estigmatizar Lenin e desidratar Gramsci, a ponto de converterem a noção de disputa de hegemonia em “interlocação” institucional. E no lugar da visão clássica da esquerda sobre o Estado, grande parte do PT foi adotando

o famoso “republicanismo”, que tem seu melhor exemplo no comportamento passivo do governo, especialmente do atual ministro da Justiça, frente à atitude de setores do judiciário, do Ministério Público Federal e da Polícia Federal: “aos inimigos, nem mesmo a lei”.

Num resumo: da crítica parcialmente justa à confusão entre partido e Estado, alguns avançaram para a crítica ao papel dirigente do partido frente ao Estado e terminaram subordinando o partido ao Estado.

Esta discussão sobre a “separação entre partido e Estado” estava em curso, no Brasil dos anos 1990, no mesmo momento em que a esquerda brasileira tinha como um de seus objetivos conquistar governos. E quando chegávamos a uma prefeitura, a um governo estadual e mesmo ao governo nacional, ganhavam destaque os problemas na relação entre partido e governo. Problemas para os quais a “definição teórica” segundo a qual partido é partido, governo é governo, Estado é Estado, demonstrou-se absolutamente insuficiente. E, na prática, parcelas crescentes do PT vêm se subordinando aos seus governos e através deles, ao Estado.

Evidente que os problemas citados ocorreram e ocorrem em diversas experiências internacionais, especialmente desde 1998 na América Latina. Ou seja: onde a esquerda chegou ao governo através de eleições, experimenta problemas similares. O que nos remete ao debate sobre a relação entre partido, governo e Estado, em condições normais de temperatura e pressão.

As condições anormais de temperatura e pressão são aquelas em que, no curso de uma revolução, a esquerda tenta construir ou reconstruir à sua imagem e semelhança o Estado. Temos outras situações em que, quando vence uma eleição em condições de grande crise, a esquerda tenta reformar o Estado através de um processo constituinte.

O Brasil não viveu nenhuma destas situações. Aqui a esquerda foi chegando ao governo e foi deixando de lado as tentativas de transformar a estrutura do Estado (leia-se: aquelas estruturas e regras de funcionamento que definem a quem o Estado realmente serve). Basta ver o que aconteceu com o orçamento participativo e mesmo as limitações de nossas conferências nacionais e conselhos, para perceber do que estou falando.

Como resultado disto, o governo é por definição refém do Estado. E quando um partido tem como única orientação estratégica disputar e vencer eleições, ele torna-se refém do governo, que é refém do Estado. Dito de outro jeito: o partido tende a deixar de ser uma instituição cujo objetivo é subverter a ordem, e tende a converter-se numa instituição paraestatal.

Um dado irônico é que esta mutação na natureza do partido é justificada por discursos os mais variados. Desde 2003 ouvimos de tudo, desde argumentos supostamente “leninistas” em favor da centralização e subordinação do partido ao governo, até argumentos liberais e “republicanos”. Mas uma coisa é a aparência e outra coisa é a essência do fenômeno. E a essência é a conversão de parcelas crescentes do partido em organismo paraestatal, de um Estado construído por e a serviço de nossos inimigos de classe.

Grande parte das discussões sobre a “burocratização” do partido, sobre sua desimportância, sobre sua subordinação ao governo, assim como sobre a relação entre movimentos, partido e governo, estão relacionados a este processo de fundo, de “estatização” do partido. Não deixa de ser curioso que à frente deste processo estejam, muitas vezes, os que mais alto gritaram contra a “confusão” entre partido e Estado no socialismo real...

Em reação a este processo de estatização da vida partidária, há os que dizem que o problema está em disputar eleições e/ou que o antídoto estaria nos movimentos sociais. Em relação ao primeiro argumento, podemos dizer que – enquanto estivermos na atual situação histórica – ele equivale a pedir para parar o mundo, para que possamos descer. Afinal, não existe possibilidade – ao menos nas atuais condições históricas – de “escolher” não disputar eleições ou de “escolher” não dar importância para a luta de classes que se trava no terreno das instituições de Estado. Aliás, alguns dos que menosprezam a importância estratégica das disputas eleitorais acabam, na vida real, participando delas da pior maneira possível. A questão, óbvio, está em como participar ou, de maneira mais geral, no “lugar” que a disputa eleitoral ocupa no conjunto da estratégia. O que nos conduz ao tema das lutas e movimentos sociais.

ACHAR QUE A SALVAÇÃO ESTÁ NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Quando o PT surgiu, dava-se uma ênfase enorme ao papel dos movimentos sociais e ao mesmo tempo havia uma subestimação do papel da luta institucional. Hoje, muitos dos per-

sonagens que nos anos 1980 encabeçaram a construção do PT, voltam a fazer um discurso enfático sobre o papel estratégico dos movimentos sociais, como um antídoto à “institucionalização”.

Esta defesa da retomada de um certo discurso e prática, defesa que alguns chamam de “volta às origens”, esconde uma armadilha lógica. A saber: se nós defendíamos aquilo e deu nisto, por qual razão defender de novo aquilo agora vai dar noutro resultado, agora vai resolver o problema? Dito de outro jeito, temos que responder porque “aquilo” deu “nisto”?

Não temos tempo nem espaço para apresentar aqui uma resposta adequada à questão, mas é possível indicar onde está um dos núcleos “teóricos” do problema. Trata-se da confusão que se faz entre três níveis diferentes de questões: 1) o movimento social enquanto movimento real de setores ou do conjunto da classe trabalhadora; 2) o movimento social enquanto organizações que expressam de maneira permanente determinados setores da classe trabalhadora; 3) o movimento social enquanto militantes políticos (integrantes ou não de partidos formais) que atuam e dirigem o movimento real e/ou as organizações permanentes.

Evidente que não há caminho para o êxito da classe trabalhadora sem o concurso articulado destes três níveis. Mas, atenção, a cada tarefa seu instrumento. Olhando para a experiência histórica, não há absolutamente nenhum caso em que os “movimentos sociais” tenham resolvido o problema do “poder de Estado”, nem mesmo conquistado governos. Quem faz isto são os partidos. O exemplo da Bolívia, para tristeza de quem

tem uma visão ingênua sobre o papel dos movimentos sociais, talvez seja um dos melhores exemplos disto.

Parte da confusão pode ser desfeita quando percebemos a relação que existe entre o “partido” no sentido amplo e o partido no sentido estrito da palavra. Apenas uma minoria da “militância dos movimentos sociais”, ou seja, apenas uma minoria daquelas pessoas que dirigem as organizações e os movimentos sociais são filiadas a partidos políticos no sentido estrito da palavra. Mas todos e todas que são “militantes sociais” integram o partido no sentido amplo da palavra, ou seja, compõem o setor de vanguarda da classe trabalhadora. Em determinados momentos da história de um país, um “partido no sentido estrito” hegemôniza o “partido no sentido amplo”. Em certa medida isto aconteceu com o PCB no período 1945/1964 e com o PT no período 1989/2003. Noutros momentos, não há (ou está em crise) um partido hegemônico e a militância social vive em estado de crescente dispersão. Nestes momentos surge a tendência a tratar como absolutamente distintas e até antagonicas a “militância partidária” e a “militância social”. Surge também uma tendência a atribuir aos “militantes sociais” e/ou aos “movimentos sociais” tarefas de partido.

O fato é que, quando os partidos falham, apelar aos “movimentos” pode ser apenas uma maneira de não responder por qual motivo os partidos falham. Vide as expectativas ontem depositadas no Syriza e hoje depositadas no Podemos. Assim, há um conjunto de questões a responder de forma articulada: qual o lugar que os movimentos sociais (enquanto luta real e concreta),

e qual o lugar que os movimentos sociais (enquanto organizações permanentes) e qual o lugar que os militantes dos movimentos sociais têm na estratégia global de transformação do Brasil?

No fundo, só consideramos acertado falar que a “salvação está nos movimentos sociais” no sentido de que nossa estratégia só terá êxito se tiver apoio no movimento real da classe trabalhadora, se soubermos combinar formas de luta, se, por exemplo, estimularmos a construção de um poder alternativo e paralelo, que possibilite termos um governo que não seja refém do Estado, que permita termos um partido que não seja refém do governo. Ou seja, a “salvação” está também nos movimentos sociais, a depender de como se articule – no contexto de uma estratégia geral – a ação do movimento real da classe, a ação das organizações da classe, a ação dos militantes que atuam nos movimentos sociais (partido amplo), a ação dos militantes partidários (partidos no sentido estrito).

O que foi dito antes tem relação direta com a discussão que está em curso, hoje, sobre a necessidade de construir uma frente popular (para alguns) ou uma frente de esquerda (para outros). As diferentes visões programáticas, estratégicas e táticas se traduzem em pelo menos três posições organizativas: há os que pretendem construir uma frente ampla de partidos, movimentos e “personalidades”, há os que pretendem construir uma frente de movimentos e há os que pretendem construir um novo partido chamado de “frente”. Evidentemente, se prevalecesse a posição destes últimos, não haveria frente alguma. Já os que defendem uma frente apenas de movimentos estão queren-

do utilizar um instrumento (a Frente) para tentar resolver um problema de outra natureza (o Partido).

O CULTO À PERSONALIDADE

Na ausência de uma visão ou resposta estratégica, muita gente deposita suas esperanças em soluções mágicas. Voltando ao debate dos anos 1990: fazia parte do pacote ideológico “comprado” por algumas pessoas criticar o socialismo soviético, a revolução, o partido de vanguarda e o culto à personalidade.

A crítica foi tão malfeita que, quando o problema surgiu entre nós, tivemos dificuldades para reconhecer e tentar corrigir o problema. O resultado é que em vários países latino-americanos, inclusive no Brasil, pratica-se um culto à personalidade de baixa intensidade.

No nosso caso, na atual conjuntura, trata-se do último refúgio dos desesperados: “tá tudo muito complicado, mas o Lula vai ganhar as eleições em 2018 e tudo vai se resolver”.

Quem diz isto geralmente não explica por quais motivos ele vai ganhar as eleições e por quais motivos seu governo vai corrigir os rumos. Trata-se no fundo de uma crença, não de análise. Uma crença que tem uma larga tradição na história do Brasil e também uma larga presença no movimento socialista internacional.

Não é preciso gastar muito argumento: os indivíduos, especialmente as lideranças, têm um papel na história, maior ou menor. A questão é saber que tipo de relação se estabelece entre o indivíduo e o coletivo, entre as lideranças, o partido, a classe

e a maioria do povo. Como tantas outras questões que tratamos aqui, não há uma resposta única, nem que seja válida para todos os tempos e situações. E, para falar a verdade, embora haja acertos, os erros cometidos a respeito disto são monstruosos.

No caso do Brasil, temos uma peculiaridade: o processo eleitoral e o exercício de mandatos eletivos estimulam um determinado tipo de relação entre o indivíduo e o coletivo.

Se o coletivo (seja a sociedade, seja o partido) não criar antídotos, o que vai prevalecer será o poder unipessoal no executivo e o cretinismo no parlamento (para citar um cidadão conhecido, o cretinismo parlamentar consistia “numa espécie de delírio que acometia as suas vítimas, as quais acreditavam que todo o mundo, o seu passado e o seu futuro se governavam por uma maioria de votos ditada por aquela assembleia [...] e tudo o que se passava fora daquelas quatro paredes muito pouco ou nada significavam ao lado dos debates importantes”).

Uma das curiosidades é que os executivos autoritários e os parlamentares cretinos muitas vezes usam como desculpa o fato de terem sido eleitos pelo povo. O que confirma que a demagogia basista pode ser, às vezes, a melhor desculpa para o autoritarismo.

Isto nos remete a duas discussões que estão relacionadas, mas são distintas: como ampliar as liberdades democráticas na sociedade e como garantir a democracia no interior do partido. O primeiro tema está relacionado com a discussão da Constituinte, da reforma política e do Estado, da democracia na comunicação etc. Já o segundo tema diz respeito diretamente ao

que estamos discutindo neste texto: o controle da direção pelas bases, o controle dos mandatários pela direção, as estruturas, o funcionamento e o financiamento do partido, sua relação com a militância social, com a classe e com a maioria do povo.

Há um imenso debate a respeito de como fazer isto, envolvendo questões como partido de massas e de quadros, partido de vanguarda e “centralismo democrático”, papel das direções e direito de tendências, existência e papel de funcionários e profissionalizados (o que, no caso da atual esquerda brasileira, envolve não apenas a burocracia partidária, mas também a sindical, parlamentar e governamental), funções e poderes dos organismos de base (núcleos, setoriais, células), formação e comunicação partidárias etc. Trata-se de um debate tão apaixonante, pelo menos para os que somos dirigentes na ativa ou na reserva, que é comum perdemos de vista a natureza essencialmente política do problema.

ABRIR AS PORTAS DO PARTIDO

Certas pessoas gostam quando aparece uma solução fácil para um problema difícil. Infelizmente, muitas vezes trata-se apenas de prestidigitação. Ou seja: se nosso problema é de linha política, olhemos para o outro lado e vamos discutir o estatuto. Se nosso problema é que a direção não está à altura das tarefas, olhemos para o outro lado e vamos discutir como “organizar o partido a partir da base”. Se nosso problema é estar perdendo apoio na classe trabalhadora, olhemos para o outro lado e vamos nos transformar em um “partido de portas abertas”, o que pode

significar várias coisas diferentes, não necessariamente aquilo de que realmente precisamos: reatar os laços com a “velha” classe trabalhadora e construir laços com a “nova” classe trabalhadora. Se nosso partido está vivendo uma crise tremenda, que lembra perigosamente o estágio fatal de outros grandes partidos de esquerda no mundo e no Brasil, vamos fingir que somos uma jabuticaba e que nada disso vai acontecer conosco.

Um dos partidos mais interessantes do século XX foi o Partido Comunista Italiano. Viveu experiências tremendas (revolução, ascensão do fascismo, guerra de guerrilhas, lutas sociais e parlamentares), construiu uma interpretação acerca da Itália e do mundo (vide Gramsci), possuía uma vida interna pujante, base de massas, força na classe trabalhadora... e desapareceu, suicidou-se. A tragédia é detalhadamente descrita no livro *O alfaiate de Ulm*, de Lucio Magri. Livro que este seminário deveria sugerir como leitura obrigatória para todo petista. Até porque nos permite perceber algo muito interessante: a crise de um partido que tem enorme importância não é um fenômeno singular, faz parte da crise mais geral de todo um sistema político.

Nosso PT tem infinitos problemas organizativos, alguns muito superiores aos de outros partidos que desapareceram na poeira da história. Dou como exemplo a situação de colapso em nossa comunicação, o déficit de formação política, o esfacelamento dos núcleos de base, o enfraquecimento da ligação de parcelas de nosso partido com a vida e a luta cotidiana dos trabalhadores, a dependência frente aos recursos financeiros públicos e empresariais etc. Esta situação nos empurra, como é

óbvio, a dar aos problemas organizativos um papel destacado; não digo que isto seja totalmente errado, mas acho que é essencialmente errado, se por “problemas organizativos” entendermos técnica, administração, regras e estatuto.

Para explicar o que quero dizer, termino com uma “anedota”. Deixei de ser dirigente profissionalizado em dezembro de 2013. E depois de 16 anos resolvi tirar um ano sabático, que no meu caso foi dedicado, entre outras coisas, a algo meio *vintage*: ler os 50 volumes das *Obras Completas do Lenin*.

Lenin é conhecido, dentre os dirigentes da esquerda, pelo alto valor que deu ao tema do partido. Cinquenta volumes depois, obviamente constatei que isto é verdade. Mas muito mais verdade é que, para Lenin, a questão organizativa é uma questão política. Como ele dizia, a organização é política concentrada. Noutros termos, os problemas organizativos do PT não serão resolvidos, se não resolvermos nossos problemas políticos.

Adendo por fim outro comentário, sugerido por um companheiro e também baseado no Lenin: o russo dizia que não existe situação sem saída para a burguesia. Agrega o citado companheiro: a burguesia aprende com nossos erros e acertos. Nós precisamos fazer o mesmo.

A versão integral deste texto, elaborada no dia 26 de agosto de 2015, está disponível no endereço <<http://valterpomar.blogspot.com.br/2015/08/contribuicao-ao-seminario-de.html>>.

DEMOCRACIA INTERNA E PARTICIPAÇÃO MILITANTE: COMO MELHORAR O PED

Luis Cesar Bueno

Deputado Estadual e presidente do Diretório Municipal de Goiânia

PRECISAMOS DE UM PT FORTE E MOBILIZADO

O PT surgiu como um instrumento político de lutas das classes sociais menos favorecidas e pela conquista de direitos. Segundo o historiador José Murilo de Carvalho, ao analisar o nascimento do Partido dos Trabalhadores (PT):

O Partido sustentou-se em três eixos principais, a ala progressista da Igreja Católica, os sindicalistas renovadores, sobretudo os metalúrgicos paulistas, e algumas figuras importantes da intelectualidade.

Fica evidenciado que o PT surgiu pensado por pessoas que queriam mudanças e objetivavam metas sociais ambiciosas para o país. Foi neste contexto, com uma militância fiel e aguer-

rida que o PT se transformou no maior partido de esquerda da América Latina.

Desde seu surgimento, esteve inserido nos movimentos sociais, com sua militância ocupando espaços e dirigindo inúmeras entidades do movimento social organizado, a exemplo da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Por meio do apoio expressivo dos segmentos populares, conseguiu vencer as eleições e fazer de Luiz Inácio Lula da Silva o primeiro presidente operário do Brasil, em 2002. Elegeu, também, pela primeira vez uma mulher, Dilma Rousseff, para a Presidência da República. Os governos petistas conseguiram eliminar o enorme abismo social existente no país. Resgatou a autoestima e a soberania do povo brasileiro com desenvolvimento econômico e distribuição de renda.

Esse partido, que muito contribuiu para a construção da democracia e do Estado Constitucional de Direito, inovou o processo de construção partidária, com uma democracia interna ampla, com um regimento interno que garante a participação das tendências e o envolvimento direto dos filiados na escolha da direção partidária. Esse processo, chamado PED – Processo de Eleição Direta, inovou, democratizou e rompeu com as amarras de cúpula que sempre perduraram na escolha das direções dos partidos políticos brasileiros.

Por que o PED diferencia o PT dos outros partidos? Ainda de acordo com José Murilo de Carvalho,

(...) Todos os partidos brasileiros, antes e depois de 1964, com exceção do Partido Comunista, tinham sido criados por políticos

profissionais ou por influência do Poder Executivo, e haviam sido sempre dominados por membros da elite social e econômica. O PT surgiu de reunião ampla e aberta de que participaram centenas de militantes.

Esse profissionalismo político, significa a interferência do núcleo duro partidário na composição partidária: escolhem-se seus dirigentes por interesses internos. Diferentemente, o PT é o único partido que elege seus dirigentes por eleição direta e, uma vez eleitos, eles têm sua autonomia não determinada por caciques partidários.

A eleição do PED se dá baseada em teses defendidas pelas tendências políticas que formam nosso partido. Essa defesa é o motivador da militância. Ela enriquece o debate, esclarece e democratiza ideias e amadurece projetos que futuramente serão a base das políticas que servirão ao plano de governo.

A importância do PED ficou demonstrada em 2005, diante do aguçamento da crise política e do enfrentamento direto do PT com a mídia e os setores conservadores. O PED de 2005 renovaria as direções partidárias, mobilizando quase 500 mil filiados, numa demonstração de força inequívoca de um partido orgânico e mobilizado.

Naquele momento, de tudo se faria para defender o presidente Lula e os dirigentes partidários. Essa mobilização somada aos resultados positivos do projeto político do governo, reconduziram o petista ao Planalto com seis milhões de votos a mais em relação às eleições de 2002.

O mesmo se repetiu após as manifestações de junho de 2013, quando o PT levou às urnas mais de 420 mil filiados e filiadas que decidiram os rumos do partido através do PED.

Portanto, é evidente que o PED é um processo legítimo e necessário para mobilizar e energizar a participação direta dos militantes da condução dos rumos do partido.

No entanto, nos últimos processos de eleição para os diretórios do PT, evoluíram-se as ocorrências de encabrestamento do voto e até mesmo de forte influência do poder econômico.

Isso é fato! Entretanto, tudo teremos que fazer para reconduzir esta proposta democrática de renovação das direções do partido para o seu eixo original. No 5º Congresso Nacional do PT, foi reafirmada a posição de manutenção do PED, e que se conscientize a militância da importância do processo de eleições internas.

Com a permanência do PED, entendemos que algumas alterações são necessárias para mobilizar nossa militância garantindo um processo legítimo. Assim, propomos as seguintes alterações:

> Contribuição financeira dos filiados e filiadas deve ser voluntária, na forma de doação em campanhas que devem ser periodicamente organizadas pelas instâncias partidárias, e não como obrigatoriedade para votar no PED.

> A participação do filiado nos debates das teses será critério para legitimar seu voto.

> Estabelecer uma pontuação mínima por participação política dos filiados nas atividades do partido.

> Manter um cronograma mínimo de três debates entre as chapas.

Essas propostas e outras, que porventura possam advir como resultado desse Seminário sobre Organização Partidária, serão decisivas para garantir o fortalecimento de nossas instâncias internas, contribuindo para a defesa do projeto político do Partido dos Trabalhadores (PT) e para elaboração dos planos dos governos petistas.

As instâncias de militância do PT são, historicamente, umas das mais fortes do mundo. Esse poder de mobilização precisa ser garantido e estimulado. O PT sem a sua militância se assemelharia a outros partidos e o PED é um elemento dentro de nosso inoxidável estatuto partidário, garantidor do jeito de ser PT.

O PED é o instrumento para mobilização do PT que garante a democracia interna.

REFLEXÕES SOBRE A ELEIÇÃO DIRETA NO PT

Murilo Amatneeks

Secretário Estadual de Organização do PT do Rio Grande do Sul

O processo de escolha da direção do maior partido da esquerda brasileira é algo para além da sua própria dinâmica interna. Tem a ver com a direção política de um campo importante de forças políticas progressistas e populares, que sempre acreditaram no Partido dos Trabalhadores (PT) como principal condutor de um projeto de transformação do país. Quando passamos a governar o Brasil, as nossas eleições internas ganharam uma dimensão ainda maior, em especial com a ampliação do número de nossos filiados.

A instituição da eleição direta tornou-se um grandioso patrimônio de um PT, que passou a dar um passo a mais na radicalização da democracia. Foi por meio também do PED, que enfrentamos com muita mobilização a crise que nos atingiu em 2005. Durante o 5º Congresso do Partido, em junho de 2014, o debate em torno do PED representava uma oportunidade para

avancarmos na sua superação rumo a um modelo ainda melhor. Mantido, passamos então a discutir como vamos aprimorá-lo. Para tal, não podemos perder do ponto de vista que, embora não possamos promover alterações estatutárias atualmente, devemos realizar mais do que mudanças cosméticas no seu funcionamento. O momento político exige do PT uma maior abertura à sociedade. Para isso, a revisão de nossos instrumentos, visando nos abrir e não nos fechar, é mais do que necessária.

Falando sobre suas virtudes, importante considerar que as eleições diretas carregam consigo uma concepção fundamental para um partido de massa, ao privilegiar a participação de toda a base militante na escolha da sua direção. O princípio do “um filiado, um voto” mudou a relação da base com a sua direção. Neste caso, para um partido com militantes de diversas origens na sua fundação, a ideia do mesmo peso entre todos os filiados nos tornou um partido de caráter ainda mais popular.

Do ponto de vista da representação política, este processo aumentou não somente a participação da militância, como também abriu espaço para um conjunto de ideias que pouco espaço encontravam na dinâmica anterior. A partir do PED, todo voto passou a ter o mesmo peso. Independentemente de ser suficiente para tirar um delegado estadual na etapa local, por estar presente em diversos municípios, muita ideia passou a contar no estado e no país.

Mais recentemente, levado a uma grande proporção de participação de filiados, paralelo a uma maior institucionalização do partido e de sua relação com sua militância, o PED passou

a materializar, em grande escala, todos os nossos problemas. O descaso com a contribuição financeira militante obrigatória (que deixou de ser militante) e a falta de debates, resumindo o processo para a maioria dos participantes em um mero dia de votação, contribuiu para tornar o PED um processo esvaziado de política. De um modo geral, o bloqueio de forças exigido no processo passou a diminuir a ideia de produção de sínteses. Assim, o potencial de um grande processo passou a ser diminuído.

Se é verdade que o PED carrega consigo estes fatores negativos, é importante dizer que, com o processo anterior, de encontros de delegados, com voto em crachá e observado, os problemas também aconteciam.

Assim, é fundamental que não caiamos em soluções saudosistas, onde o “voltar à forma do passado” seja solução para os problemas atuais. Assim como não devemos deixar de corrigir nossos erros, não devemos retroceder em relação aos nossos grandes avanços. É preciso uma síntese que consiga, inclusive, incorporar as questões positivas que, com o PED, deixaram de existir.

Visando combater muitos dos problemas, o PT passou a questionar todo o processo de filiação, tornando-o mais difícil. Um remédio amargo e com pouca eficácia, pois tentou construir uma solução para algo que não carrega a essência da questão. Pelo contrário, culpabilizou os filiados que entram no PT pelos problemas que encontramos.

Uma série de municípios lida com inúmeros problemas neste processo. Estes problemas não são, em geral, relacionados à concepção de eleição direta e sim à sua normatização, que

trata de forma homogênea toda uma construção diferenciada do PT em cada local.

Para os municípios menores, com menos filiados, a regulamentação tornou-se excessivamente burocrática e muito pouco inclusiva. Assim, passou a ser comum encontrarmos problemas no interior tanto quanto podemos encontrar nas regiões metropolitanas. Passaram a ser inúmeros os recursos estaduais sobre votações que duraram menos do que as oito horas exigidas ou que foram misturadas com confraternização, como almoços. Entretanto, muito antes do PED, estes municípios já trabalhavam numa lógica diferente da atual. O PT sempre foi um local de encontros, de ideias e de pessoas. Na regulamentação do PED, deixamos de reconhecer isso, visando amparar nossas disputas.

Com a instituição da paridade de gênero e das cotas étnico-raciais e de jovens, um conjunto de municípios também passou a ficar irregular em relação ao nosso estatuto. Entretanto, é injusto atribuir este problema à necessária política de ampliação da diversidade e da renovação em nossas direções. Não só deixamos de criar qualquer campanha de filiação, bem como estabelecer processo de preparação da militância (sem esquecer do empoderamento para os que assumem), como aplicamos uma normatização que não dialoga com realidade distintas. No caso do Rio Grande do Sul, uma média estadual de 6% esconde o fato de que Porto Alegre tem 16% da sua população composta de negros e negras, enquanto em inúmeras cidades o percentual não chega a 1%.

Também em diversos destes municípios, queremos que companheiros de cabelos brancos filiem e empoderem as mulheres e os mais jovens do município, sem qualquer campanha ou instrumento que possibilite esta aproximação. Ao contrário, exigimos isto à medida que vamos abdicando de disputar valores fundamentais para uma nova geração de militantes.

O PT, como partido de esquerda, de massas e democrático, deve ir além. O momento e a crise política de 2015 exigem que sejamos maiores, que inovemos novamente.

Assim, é importante que, visando aperfeiçoar o nosso processo de eleições, recuperemos do método de encontros de delegados a dinâmica da concertação, propiciada somente pela manifestação do debate político, em especial nos momentos de decisão.

Também é importante que tenhamos portas abertas e não entreabertas. Os novos filiados são parte fundamental da resposta mobilizada que precisamos dar. Assim, as plenárias estatutárias devem ser de acolhimento e não de confirmação, onde as exceções fazem a regra.

É necessário, também, uma regulamentação distinta em relação ao tamanho de nossos diretórios municipais, combatendo irregularidades sem deixar de compreender a dinâmica local histórica e diferenciada.

Por fim, precisamos ir além do PED como momento interno de mobilização. É preciso pensar mais em participação, realizando debates públicos, trazendo simpatizantes para contribuir com as opiniões e decisões do partido, através de Con-

ferências Livres, utilização intensa de consultas, em especial através de meios digitais. Façamos com que todos os petistas construam o PT.

O PED E A DEMOCRACIA NO PT

Luiz Turco

Deputado estadual pelo PT-SP

O Processo de Eleição Direta (PED) do Partido dos Trabalhadores é um instrumento inovador na dinâmica de funcionamento dos partidos políticos no Brasil! Esta ferramenta permitiu que o PT experimentasse, internamente, aquilo que sempre defendeu para a sociedade, ou seja, a democracia direta e participativa.

A lógica de “uma pessoa, um voto”, além de garantir a participação e o envolvimento de todas e todos nos processos decisórios do partido, tem como objetivo evitar as distorções possíveis na forma indireta da representatividade. Realizado em junho de 2015, o 5º Congresso Nacional do PT, por meio das diversas propostas das Etapas Livres que antecederam o encontro, reafirmou a opção do Partido pela democracia direta, ao optar pela manutenção do PED e ter como desafio o aperfeiçoamento deste instrumento. Um passo importante foi dado ao separar a política de finanças do partido, do direito universal do

voto, com o fim da contribuição obrigatória para filiados e filia­das que não exerçam mandatos ou ocupem cargos no partido. Essa decisão visa ampliar a participação da militância, com direito ao voto, no Processo de Eleição Direta, numa disputa transparente e com igualdade de condições, além de garantir um amplo processo de debates com a participação de setores da sociedade.

Diante disso, o PED deve ser um instrumento para apro­ximar a direção das bases, que dialogue com a renovação par­tidária, e garanta que a lista de votação seja consolidada, em consonância pelas secretarias de organização das três instâncias (Diretórios Municipais, Estaduais e Nacional).

Aperfeiçoar o PED deve ser parte integrante de uma política de reestruturação e organização do funcionamento do PT como um todo. O PT deve representar na sociedade, para aqueles e aquelas que tiverem disposição a debater e fazer política, a melhor maneira de participar, compreender e atuar na construção de uma sociedade justa, inclusiva e igualitária em direitos e oportunidades.

Para isso, o PT deve ser atraente, facilitar o processo de fi­liação e implementar um processo de formação continuada, que garanta a compreensão da luta de classes e a perspectiva de outro mundo possível, ao formar militantes pela construção do socia­lismo baseado em três pilares: democracia, justiça e liberdade.

A comunicação também deve ser vista como um desafio de organização e atuação partidária, que pode resultar no aperfei­çoamento do PED. Com a convergência tecnológica dos meios de comunicação e o surgimento das chamadas “redes sociais”, a lógica dos meios de comunicação de massa é subvertida.

Enquanto o rádio e a TV falam com multidões de forma unilateral, ao espalhar mensagens baseadas em conceitos e preconceitos, ditando regras e publicando opiniões sem espaço ao contraditório, as redes funcionam de forma interativa, colaborativa, horizontal e multidimensional. Desta forma têm atraído cada vez mais parcelas significativas da sociedade, especialmente os jovens.

Neste sentido, a criação dos chamados “Núcleos Virtuais” pelo PT pode ser um caminho de atuação para atrair, formar e informar mais pessoas para a luta política cotidiana e a compreensão sobre o papel do PT, seu funcionamento e sua organização. Além disso, a possibilidade do voto pela internet também seria uma maneira de incentivar setores do partido, principalmente da juventude, a terem acesso e a participarem ativamente dos processos eleitorais internos.

Como um projeto de nação, soberana, democrática, justa e igualitária, o PT deve ter centralidade na definição de sua estratégia. Neste sentido, o papel do Diretório Nacional é o de nortear a atuação dos diretórios regionais e municipais.

Do ponto de vista organizativo não é diferente. Porém, considerando as multiplicidades culturais regionais e locais, que um país de dimensões continentais como o Brasil apresenta, se torna legítimo e prudente que haja uma integração entre as instâncias e um espaço maior de atuação dos diretórios municipais, a fim de que os ajustes possíveis em sua dinâmica de organização visem ter em seus quadros de filiação e, como consequência em seus espaços de direção, uma representação da realidade dos estratos sociais.

Campanhas de filiações locais e regionais direcionadas a públicos específicos com recortes de gênero, étnicos e geracionais aliados a um esforço conjunto entre as instâncias na consolidação e atualização das listas de filiados podem contribuir, de maneira fundamental, com a organização partidária e, por consequência, também aprimorar o PED.

Portanto, o Processo de Eleição Direta do Partido dos Trabalhadores é uma conquista legítima e uma prova de quem defende a democratização do PT. A aprovação da eleição direta foi um avanço político e uma grande vitória. O PT é o único partido no Brasil com Eleição Direta para todos os cargos da direção partidária, em todos os níveis – municipal, estadual e federal.

A preservação da concepção de partido de massas que convida as pessoas que concordam com nosso projeto para participar de um instrumento democrático faz parte do nosso espírito militante e das raízes da fundação do PT. Faz parte do nosso DNA. Para isso temos que retomar o diálogo e ouvir os movimentos organizados da sociedade (sindicatos, associações, igrejas, comunidades...).

Um PT vivo, atraente, acessível, dinâmico, que forme, informe e comunique, que seja participativo, transparente e democrático! Que tenha a cara do povo, plural, colorido, com suas línguas e sotaques. Mas que ao mesmo tempo integre e dê dimensão de corpo e unidade para a luta.

Um PT que emancipe e liberte o povo e sua juventude são pressupostos para o aperfeiçoamento do PED, da participação militante e da democracia no Partido dos Trabalhadores!

CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE: COMO MELHORAR O PED

Louise Caroline

Membro do Diretório Nacional do PT

APRESENTAÇÃO: DE ONDE SE FALA

Importante contextualizar, de início, que faço parte dos setores que se posicionaram, no 5º Congresso do PT, pela substituição do Processo de Eleição Direta (PED) por um Congresso Constituinte, renovador das direções em todos os níveis, radicalmente renovador de ideias e pessoas.

Acreditamos que nenhuma proposta pontual de ajustes na estrutura formal e na cultura política que atualmente regem o Partido dos Trabalhadores (PT) terá capacidade de modificar a vida partidária na profundidade que as crises interna e externa exigem.

No entanto, embora profundamente consternados com a derrota de nossa proposta, arregimentadora de aproximadamente 45% dos votos dos delegados/as em Salvador, conside-

ramos que devemos permanecer em defesa dos princípios que nortearam essa intervenção e que mobilizam nossa atuação cotidiana no PT, dentro dos limites possíveis determinados pela maioria partidária.

Assim, faço a introdução para dizer que a participação na mesa “Como Melhorar o PED” não substitui a manutenção da nossa luta por um novo modelo decisório e democrático no PT, ao contrário, possibilitam a continuidade do diálogo partidário e por isso aqui estamos.

DIAGNÓSTICO: DE ONDE SE PARTE

É notória a falência do Processo de Eleição Direta do PT. Mesmo os que defenderam sua continuidade, no 5º Congresso, fizeram-no concordando com o diagnóstico de seu esvaziamento político. São conhecidos de cada um de nós os generalizados casos de eleitores não militantes; de interferência do poder econômico; de manipulação de atas, urnas e filiações; de constituição de currais eleitorais “pertencentes” a mandatários, dirigentes e forças internas (quanto não a grupos externos ao PT) que utilizam seu “lote de filiados” para negociações diversas. Enfim, um modelo que em muito se aproxima do sistema político nacional, contra o qual lutamos e queremos reformar radicalmente.

O grande paradoxo: a militância petista, o petismo, composto por milhares de brasileiros/as de esquerda, que têm no PT sua referência política, que votam conosco, a grande maioria desses não participa do PED. Seja porque não está oficialmente

registrado, seja porque não se interessa pela vida orgânica, seja porque, e nesse ponto está nosso desafio, não têm sintonia com um processo tão deturpado, esvaziado de debate político, marcado por disputas fratricidas, muitas vezes violentas, autoritárias e personalistas. Por outro lado, participam do PED pessoas que não se reconhecem petistas, gente de direita, (até eleitores da oposição), alguns que nem sabem que são filiados, mobilizados por motivos estranhos ao que se busca em um processo participativo: ampliação da consciência coletiva, descentralização do poder, mobilização popular. Em uma frase: há muito petismo fora das decisões partidárias e muito não petismo dentro.

Por outro lado, cabe reafirmar a correção das bases principiológicas do PED: todos queremos, defendemos e construímos um partido de massas. Qualquer sugestão de substituição e/ou aperfeiçoamento das atuais regras é no sentido de qualificar esse processo, não de filtrá-lo. Inclusive, acredito que a transformação do processo em algo mais orgânico pode até a curto prazo reduzir o número de participantes, mas seu êxito pode a longo prazo reaproximar militantes que hoje não participam pela degeneração do processo e encantar muitos outros sujeitos a ingressar no PT. Hoje, convidar um jovem de esquerda a construir o PT se torna cada vez mais difícil pelo esvaziamento político de nossas instâncias em geral, incluído o PED.

O distanciamento cada vez maior entre a base petista e a direção partidária formal, em todos os níveis, revela que o atual modelo não é mobilizador dessa massa de filiados e, ao contrário, afasta contingentes militantes ainda maiores, que em um modelo

e em uma cultura mais democráticos, politizados e transparentes, poderiam trazer não só mais gente para a escolha de dirigentes e posições, como fazer com que isso tenha reflexo real na dura disputa política que travamos nas redes e nas ruas todos os dias.

PROPOSTAS: O MODELO FORMAL

Neste ponto, há pouco para sugerir, já que as regras atuais do PED, definidas nos 4º e 5º Congressos, não podem sofrer qualquer modificação senão por outro Congresso. Logo, parece que nos cabe defender apenas que as regras aprovadas sejam de fato cumpridas. O que seria um grande avanço!

O 4º Congresso elaborou um importante esforço na definição de regras de maior controle sobre os eleitores do PED, exigindo, por exemplo, a validação das filiações em debate diretório, a presença em pelo menos duas atividades partidárias ao longo do ano e o pagamento da contribuição financeira.

Tudo isso foi sendo anulado ao longo do último processo eleitoral interno, inclusive contra a autoridade congressual. As plenárias para “novos filiados” foram transformadas em assinaturas de atas e, depois, em boletos bancários pagos. O que foi decidido para melhorar o processo, tornou-o ainda pior. O “PED dos boletos”, como ficou conhecido o processo, levou ao 5º Congresso corrigir não a deturpação, mas absorvê-la: eliminou-se a exigência da contribuição individual, em vez de reafirmá-la como princípio, e em paradoxo com as sinalizações pelo fim do financiamento empresarial ao partido. Ora, se não são as empresas nem os filiados que sustentam o PT, quem o fará?

Como esta decisão não está sujeita à modificação, acredito que dentro da estreita margem que temos, pode-se pensar:

(i) recadastramento imediato dos/as filiados/as, sob coordenação nacional, com exclusão de todos que não se pronunciarem individualmente pelo interesse de permanecer no PT;

(ii) facilitação do processo de filiação, inclusive online, com validação por uma comissão estadual ou nacional, menos atrelada a disputas pontuais/locais;

(iii) ampliação das exigências de participação na vida orgânica do partido, (hoje restritas às plenárias protocolares às vésperas do PED), mesclando atividades locais com pelo menos uma estadual, e incluindo o ambiente virtual e as mobilizações de rua como expressão mais que legítima dessa participação; diversificar a forma de “comprovação” dessa participação, permitindo que o filiado comprove sua militância através de algo como publicação de textos, fotos ou outros registros;

(iv) firmeza na anulação das votações em locais com registro de fraude, de forma exemplar para a superação da ação incongruente com os princípios democráticos, e transparentes do PT.

PROPOSTAS: A CULTURA POLÍTICA

Por fim, o mais óbvio: não há regras que resistam à cultura política. Não há leis infalíveis à vontade humana. É verdade o que disseram defensores do PED no 5º Congresso: mesmo um processo congressual pode ser burlado, corrompido, antidemocrático e despolitizado. Embora consideremos que nesse mo-

mento um processo congressual pudesse estancar a deterioração do PED e pensar, o próprio Congresso, um bom novo modelo de participação direta, não se trata de um modelo bom contra um modelo mau.

Na verdade, a estrutura formal estipula limites, orienta, mas o que determina seu êxito é a atuação dos que compõem esse sistema. Por isso, além de ajustes nas regras, é preciso uma ampla reflexão e uma radical mudança de comportamento dos/as que fazem o PT, especialmente de seus dirigentes e lideranças, que decidam firmemente recuperar os princípios democráticos como fundamento superior à ânsia de dirigir a estrutura. Até porque, não tem sentido administrar uma estrutura falida. É melhor dividir um prato cheio que comer sozinho um prato vazio!

Mas o que vemos no cotidiano partidário são diretórios vazios, burocráticos, desconectados da vida petista nas cidades e movimentos sociais, conquistados apenas pela disputa em si mesma. Trata-se de um suicídio partidário, erro historicamente conhecido como a supremacia do aparelho sobre a luta real, e totalmente em discrepância com o que fez do PT o maior partido de esquerda da América Latina: sua convicção radicalmente democrática, participativa, defensora do empoderamento popular, da conscientização ativa de cada cidadão/ã, da solidariedade e fraternidade entre a classe trabalhadora.

Ao contrário: fichas de filiados que somem, ou fichas que aparecem já aprovadas; pagamentos em massa feito com recursos duvidosos; controle sobre a liberdade individual de exercí-

cio do voto, operada de formas distintas e que nem merecem registro por escrito aqui; presença de quase 100% dos filiados em plenárias que não têm fiscalização das demais forças; manipulação da paridade vagas destinadas às cotas etc. etc. etc.

Essas são todas questões que não dependem do modelo eleitoral, mas dependem da consciência política do conjunto das forças partidárias, que, se não podem controlar os desvios de caráter humanos, existentes em qualquer tipo de organização, devem, ao menos, ter mão firme na orientação de suas bases e regras claras de exclusão de qualquer processo e filiado que atentem contra a vitalidade do processo democrático necessário à sobrevivência do PT.

O que faz do PT um partido vivo é sua militância real. Só isso dará à direção partidária legitimidade suficiente para dirigir esse grande partido de massas e enfrentar os imensos desafios que se apresentam.

Mudar o PT é condição para que o PT siga mudando o Brasil. Urge!

Relembrando o nosso Manifesto de fundação,
o PT não pode ser um partido que funcione
apenas a cada dois anos, quando das eleições,
ou que se mobilize somente quando da renovação
das direções partidárias.

É hora de ir aos filiados, em vez de esperar que os filiados
e simpatizantes venham a nós, das direções.

Os ensaios dereocupação das ruas precisam estender-se,
em ações quotidianas nas feiras, nos locais de trabalho,
nas escolas e universidades, em articulação constante
com as centrais, os movimentos sociais e as forças políticas
que defendem a democracia e reformas populares.

Rui Falcão

